



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

MESTRADO EM CONTABILIDADE, FISCALIDADE
E FINANÇAS EMPRESARIAIS

TRABALHO DE PROJECTO

**IRC - MATÉRIA COLECTÁVEL
COMUM CONSOLIDADA:
CASO APLICADO**

Ana Sofia Ferreira Rodrigues

Setembro – 2012



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

DESDE 1911

**MESTRADO EM CONTABILIDADE, FISCALIDADE
E FINANÇAS EMPRESARIAIS**

TRABALHO DE PROJECTO

**IRC - MATÉRIA COLECTÁVEL
COMUM CONSOLIDADA:
CASO APLICADO**

Ana Sofia Ferreira Rodrigues

Orientador: Dr. Pedro Ferreira Fernandes dos Santos

Júri:

Presidente: Doutor Eduardo Barbosa do Couto

Vogais: Dr. Pedro Ferreira Fernandes dos Santos

Mestre Joaquim José Miranda Sarmento

Setembro – 2012

RESUMO

A idealização de uma política de harmonização fiscal em matéria de tributação das sociedades remonta à instituição do Mercado Único. Pese embora, os peritos em matéria fiscal fundamentem que este cenário poderia mitigar as distorções e obstáculos de natureza fiscal existentes no seio da União Europeia, a convergência dos diferentes regimes fiscais de cada EM jamais se apresentou tarefa fácil, porquanto suscitar apreensão pelo Estados intervenientes ao nível da perda de soberania, da quebra das receitas fiscais e do desincentivo ao Investimento Directo Estrangeiro, entre outros.

Mediante os últimos objectivos fixados pela União Europeia no início do século XXI, em adaptar a fiscalidade ao novo enquadramento económico e reforçar a eficácia do mercado interno, foi proposta pela Comissão Europeia em matéria de convergência fiscal, a introdução de uma matéria colectável comum consolidada para as sociedades cujas actividades se desenvolvam ao nível transfronteiriço.

Esta medida, embora inicialmente aceite amplamente no meio empresarial, mostra-se complexa, mercê das inúmeras alterações legislativas que a mesma propõe aos sistemas fiscais até então preceituados no ordenamento jurídico de cada EM. Assim, tem suscitado, com maior incidência nos últimos anos, inúmeros estudos sobre o impacto fiscal da sua adopção, nomeadamente sobre a aplicabilidade e respectivos efeitos colaterais da fórmula de repartição da matéria colectável comum consolidada, aguardando-se pela sua provável aprovação tão breve quanto possível.

O *case study* apresentado é um exemplo prático, embora apenas aplicável ao cenário empresarial analisado, da amplitude de efeitos que a abordagem de uma fórmula de repartição poderá acarretar. Veja-se que, a carga fiscal consolidada do Grupo para o período de tributação em análise diminuiu substancialmente face a aplicação do regime MCCCIS (diminuição de 30%), no entanto, determinadas subsidiárias viram a sua estimativa de IS aumentar substancialmente. A deslocalização de factores para EM com menor carga fiscal (mediante reestruturação empresarial), poderá ser, entre outros, um dos efeitos colaterais deste método de repartição da MCCCIS.

Palavras-chave: Mercado Único, Harmonização Fiscal, MCCIS

ABSTRACT

The idea of a corporate income tax harmonization policy dates back to the beginning of the EU Single Market.

Despite such experts opinions, which believe in tax harmonization as a way to address the underlying tax obstacles within the European Union, reach convergence over 27 different Corporate Income Tax Systems has proven to be difficult.

The loss of sovereignty, the decrease in tax revenues and the disincentive to foreign direct investment have made governments of some State Members more sensitive to changes arising from tax harmonization.

However, through the recent strategic goals set down by the European Union in order to adapt company taxation to the new economic framework and to achieve a more efficient Internal Market, the European Commission on 16 March 2011 proposed a common system for calculating the tax base of business operating in the EU.

In spite of the common consolidated EU tax base scheme has been quickly accepted in the business community, given its implementation could be complex, numerous reports and even study cases about its tax impact have been issued, and more will be until the final version has been approved.

The case study presented is a practical example of the consequences that could be arise from the CCCTB method, namely from the sharing mechanism based on a formula (apportionment formula). Under the CCCTB method, the consolidated tax burden for the Group decreased substantially (approximately 30%), rather than the tax burden computed by some Group subsidiaries which increased substantially. The displacement of the apportionment formula's factors to the Member States with a lower tax burden is one of the consequence which could be arise from the CCCTB sharing mechanism based on a formula.

Keywords: EU Single Market, Tax Harmonization, CCCTB

AGRADECIMENTOS

Até concluir esta fase da minha carreira acadêmica, um longo e árduo percurso teve que ser percorrido.

Pese embora a elaboração de uma dissertação se demonstre, aos olhos de quem a elabora, como um processo no seu todo bastante solitário, impondo um compromisso pessoal e dedicação desmesuráveis, a sua conclusão muito se deve ao contributo de todos aqueles que se encontram presentes no meu dia-a-dia.

Desta forma, não poderia deixar de expressar o meu profundo agradecimento a todos aqueles que, incondicionalmente transmitiram-me palavras de incentivo e compreensão, tão necessárias para concluir esta tarefa.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Pedro Santos, por toda a sua disponibilidade, observações, críticas e sugestões, indispensáveis na elaboração desta dissertação. Acima de tudo, um enorme agradecimento por ter aceitado este meu desafio e de ter-me acompanhado no decorrer desta expedição.

Aos meus colegas de trabalho e amigos, pelo incentivo “à não desistência” e compreensão que estiveram sempre presentes.

Um agradecimento especial à minha família pelo apoio incondicional, e por acreditarem sempre em mim.

“Many of life’s failures are people who did not realize how close they were to success when they gave up.”

Thomas A. EDISON, inventor da lâmpada incandescente

ÍNDICE

RESUMO.....	I
ABSTRACT	II
AGRADECIMENTOS	III
ÍNDICE.....	IV
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES E ANEXOS	VI
LISTA DE FIGURAS.....	VI
LISTA DE TABELAS	VI
LISTA DE ANEXOS	VI
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VII
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	8
1.1. Introdução	8
1.2. Objectivos da Dissertação	10
1.3. Estrutura da Dissertação	11
CAPÍTULO II - REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1. Harmonização Fiscal da Tributação Directa na União Europeia.....	12
2.1.1. Obstáculos fiscais à plena integração europeia.....	12
2.1.2. Resenha histórica dos trabalhos da Comissão Europeia nesta matéria.....	15
2.1.3. De uma abordagem conservadora para o projecto-piloto em matéria de harmonização fiscal do imposto sobre o rendimento das sociedades	20
2.1.4. O papel do Tribunal de Justiça da União Europeia	21

2.2. Introdução de uma Matéria Colectável Comum Consolidada do Imposto sobre as Sociedades no seio da União Europeia	22
2.2.1. Enquadramento teórico	22
2.2.2. Medidas apresentadas pela Comissão Europeia	25
2.2.3. Impacto económico-fiscal da adopção do sistema MCCCIS.....	31
2.2.4. União Europeia: Fórmula de repartição da MCCCIS	39
CAPÍTULO III – CASE STUDY	46
3.1. Breve enquadramento sectorial e do Grupo	46
3.2. Aplicação do regime MCCCIS	47
3.2.1. Pressupostos, metodologia e limitações de análise.....	47
3.2.2. Perímetro de consolidação	49
3.2.3. Impacto da adopção do regime MCCCIS no Grupo Alfa.....	50
3.3. Linhas de investigação futura.....	52
CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
ANEXOS.....	62

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES E ANEXOS

LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Taxas de imposto sobre as sociedades da UE27	13
Figura 3.2 – Carga fiscal Grupo Alfa, por EM, antes e após aplicação do MCCCIS ...	50
Figura 3.1 – Ponderação agregada dos factores de repartição, por EM	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Regimes de consolidação fiscal nos vários EM da UE27	23
Tabela 2.2 – Classificação das 3 principais medidas propostas pela Comissão	25

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Definição de Grupo de Sociedades	62
Anexo II – Resumo da Proposta de Directiva do Conselho relativa à MCCCIS	67
Anexo III – Comparação entre o regime MCCCIS (UE) e RETGS (Portugal)	72
Anexo IV – Impacto económico da adopção do sistema MCCCIS (ilustrações)	77
Anexo V – Fórmula de repartição: Canadá, EUA e outros métodos teóricos	81
Anexo VI – Perímetro de consolidação do Grupo Alfa	85
Anexo VII – Carga fiscal do Grupo Alfa antes de aplicação do sistema MCCCIS	86
Anexo VIII – Quota-parte da MCCCIS por EM	87
Anexo IX – Carga fiscal do Grupo Alfa após de aplicação do sistema MCCCIS	88

LISTA DE ABREVIATURAS

UE – União Europeia

CEE – Comunidade Económica Europeia

UEM – União Económica e Monetária

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

F&A – Fusões e Aquisições

CE – Comunidade Europeia

DG ECFIN – Directorate General for Economic and Financial Affairs

IS – Imposto(s) sobre o Rendimento das Sociedades

EM – Estado(s)-Membro(s)

MCCCIS - Matéria Colectável Comum Consolidada do Imposto sobre as Sociedades

EU – European Union

CCCTB – Common Consolidated Corporate Tax Base

ADT – Acordos para Evitar a Dupla Tributação

HST – Home State Taxation

TJCE – Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias (actual Tribunal de Justiça da União Europeia)

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico

IFRS – International Financial Reporting Standards

EUCIT – European Union Corporate Income Tax

PME – Pequenas e Médias Empresas

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1.1. Introdução

Até meados do século XX o desenvolvimento económico europeu assentava no paradigma *small is beautiful*¹, onde estruturas empresariais de pequena e média dimensão viradas para o comércio nacional definiam o núcleo do tecido empresarial.

Porém, factores como o aumento da concorrência empresarial e a abertura de novos mercados, impelidos pela globalização e pela evolução tecnológica, fomentaram não somente a necessidade de adaptação das presentes estruturas organizacionais, como também do seu *modus operandi*. Na realidade, um dos efeitos do fenómeno da globalização foi sem dúvida a liberalização dos mercados, potenciando a disponibilidade de activos e capitais estrangeiros para investimento, e catapultando assim a realidade empresarial para uma esfera *lato sensu*: a do mercado transfronteiriço.

Foi neste contexto que, a partir do início dos anos cinquenta o quadro económico mundial sofreu profundas alterações, com particular incidência ao nível da UE. A implementação do Mercado Único (instituído no âmbito da CEE²) que visava facilitar as trocas entre os Estados-Membros e fortalecer a importância da Comunidade enquanto principal potência comercial; a posterior constituição da UEM, consagrada pelo Tratado de Maastricht³ e que propunha a convergência económica dos Estados-Membros, a livre circulação de capitais e a adopção de uma moeda única; a emergência do comércio electrónico⁴ como consequência do aumento da mobilidade de bens e factores produtivos; e bem assim, a vaga de IDE sob a forma de F&A internacionais (entre 1990 e 2003, a Europa dos 15 representava 41% do número total de processos de F&A,

¹ In SCHUMACHER, Fritz (1973). *Small is Beautiful: Economics As If People Mattered*

² Artigo 2.º do Tratado Constitutivo da CEE, de 25 de Março 1957: "A Comunidade tem como missão, através da criação de um mercado comum e da aproximação progressiva das políticas dos Estados-Membros, promover, em toda a Comunidade, um desenvolvimento harmonioso das actividades económicas, uma expansão contínua e equilibrada, uma maior estabilidade, um rápido aumento do nível de vida e relações mais estreitas entre os Estados que a integram".

³ Também denominado por Tratado da União Europeia, de 7 de Fevereiro de 1992

⁴ Posterior publicação da Directiva 2000/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, 8 de Junho («Directiva do Comércio Electrónico»)

enquanto *target-country*)⁵, surgiram como respostas às barreiras que coíbiam o comércio e as transacções transfronteiriças.

Em face de tais mudanças, a generalidade das empresas de maior dimensão passaram a interpretar a integralidade da UE como o seu "mercado nacional" tendo, por conseguinte, desenvolvido estruturas empresariais à escala europeia.

Todavia, muito embora no seio de tais tratados resultantes da convergência das vontades dos seus Estados-Membros, tenham sido tomadas diversas medidas com o propósito de atenuar o desequilíbrio económico-financeiro entre si, no domínio fiscal, escassos foram os progressos registados no estabelecimento de uma política fiscal em matéria de harmonização da tributação directa, nomeadamente ao nível dos impostos sobre o rendimento das sociedades. Muito embora na redacção da alínea h) do artigo 3.º do Tratado da CE se leia a necessidade de «aproximação das legislações dos Estados-Membros na medida do necessário para o funcionamento do mercado comum», no presente e subsequentes Tratados constitutivos, não existe nenhuma disposição concreta destinada a assegurar a harmonização dos sistemas fiscais em matéria de IS (Imposto sobre o Rendimento das Sociedades). Ainda que, nos termos do artigo 93.º do presente Tratado haja referência à «(...) harmonização das legislações relativas aos impostos sobre o volume de negócios, aos impostos especiais de consumo e a outros impostos indirectos, na medida em que essa harmonização seja necessária para assegurar o estabelecimento e o funcionamento do mercado interno (...)», tal entendimento apenas remete para a tributação indirecta, nomeadamente a criação de um sistema comum de imposto sobre o valor acrescentado.⁶

Apesar de ao longo dos anos, o Conselho Europeu tenha acolhido e materializado algumas medidas que visam a harmonização do IS no seio da UE, sob a forma de Directivas⁷ e Convenções⁸, o seu reduzido número contrasta com os inúmeros estudos, pareceres, propostas e resoluções que a Comissão Europeia, enquanto órgão executivo da UE, tem elaborado no âmbito desta matéria, conforme visado no Capítulo seguinte.

⁵ Regling, K. (2004). *DG ECFIN's Mergers and Acquisitions Note n.º1/October 2004*, p. 7-8

⁶ Adoptado pela Primeira Directiva do Conselho, de 11 de Abril de 1967, relativa à harmonização das legislações dos Estados-Membros respeitantes aos impostos sobre o volume de negócios

⁷ Tome-se como exemplo, a Directiva 90/434/CEE do Conselho, de 23 de Julho, relativa ao regime fiscal comum aplicável às fusões, cisões, entradas de activos e permutas de acções entre sociedades de EM diferentes (posteriormente alterada pela Directiva 2005/19/CE do Conselho, de 17 de Fevereiro, e codificada pela Directiva 2009/133/CE do Conselho, de 19 de Outubro)

⁸ Veja-se a este respeito, a Convenção 90/436/CEE, de 23 de Julho, relativa à eliminação da dupla tributação em caso de correcção de lucros entre empresas associadas (Convenção de Arbitragem)

Sem prejuízo do *supra* exposto, e após alguns anos de trabalho aprofundado, a Comissão Europeia apresentou a 16 de Março de 2011 uma Proposta de Directiva do Conselho relativa a uma matéria colectável comum consolidada do imposto sobre as sociedades (MCCCIS)⁹.

Pese embora, exista convicção de que a aprovação deste modelo contribuirá para a mitigação dos actuais obstáculos de natureza fiscal provenientes da existência de 27 diferentes ordenamentos jurídicos, «will make it easier, cheaper and more convenient to do business in the EU», tal qual citou Algirdas Šemeta¹⁰, na comunicação de imprensa que sucedeu a apresentação da Proposta de Directiva relativa à MCCCIS, persistem alguns Estados-Membros (caso da Irlanda) que se demonstram apreensivos quanto à exequibilidade do mesmo, na medida em que a sua aplicação poderia acarretar a perda de soberania nacional, uma quebra de receitas fiscais, e uma diminuição de IDE¹¹, entre outros.

“Our position on the CCCTB is well known. We do not favour it for reasons of principle and practicality. The proposal cuts across national sovereignty and subsidiarity.”

Ministério das Finanças irlandês, Fevereiro 2007

1.2. Objectivos da Dissertação

Face a dimensão e complexidade técnica da introdução de uma matéria colectável comum consolidada na esfera dos grupos de sociedades estabelecidos na UE, muitas são as questões que urgem por uma resposta célere em matéria de harmonização fiscal da tributação directa.

Todavia, e embora o assunto da presente dissertação se apresente como um tema recorrente de estudo, nomeadamente no circuito internacional, da pesquisa bibliográfica efectuada denotou-se que escassos são os estudos académicos que abordam os novos desenvolvimentos em resultado da Comunicação da Comissão ao Conselho, ao

⁹ Constante do documento COM(2011) 121 final, de 16 de Março de 2011

¹⁰ Actual Comissário Europeu responsável pela Fiscalidade, União Aduaneira, Luta contra a Fraude e Auditoria

¹¹ De acordo com o “2012 Worldwide Corporate Tax Guide” publicado pela Ernst & Young, a taxa *standard* de imposto sobre o rendimento das sociedades aplicada na República da Irlanda é de 12,5%. Uma tributação tão reduzida faz deste país um local bastante atractivo ao IDE, cf. salienta Rocha (2009).

Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social – “*Para um mercado interno sem obstáculos*”. Assim, e em razão da medida proposta pela Comissão apresentar-se essencial, tanto do ponto de vista teórico, como do ponto de vista pragmático, no contributo para o êxito do Mercado Único e para o reforço da competitividade das empresas da UE no Mundo, tornando esta união de Estados num mercado mais atractivo para o investimento, o presente trabalho propõe analisar, de forma sucinta, as abordagens teóricas da introdução de uma MCCCIS, culminando a revisão bibliográfica com a análise do tema que actualmente se apresenta como decisivo para o sucesso da presente medida – a constituição de uma fórmula de repartição da matéria colectável comum. Supletivamente, será contemplando um “*case study*” perceptível do alcance a medida MCCCIS na esfera da realidade nacional, utilizando-se para o efeito dados de um grupo de sociedades transnacional.

1.3. Estrutura da Dissertação

Assim, ao longo da presente dissertação haverá a preocupação de expor e fundamentar a necessidade, e a importância do debate deste tema no seio da UE. Desta forma, apresenta-se inicialmente o Capítulo II onde será efectuada a revisão da bibliografia mais pertinente então publicada em matéria de harmonização fiscal do IS, dando relevância aos obstáculos fiscais presentes pelo impasse da Comunidade em matéria de convergência dos diferentes sistemas fiscais dos seus EM, bem como dar a conhecer ao leitor as principais medidas propostas e realizadas pela Comissão e pelo Conselho Europeu, em matéria de harmonização fiscal do IS.

Ainda no presente Capítulo, será prestado maior enfoque à Proposta de Directiva relativa à MCCCIS apresentada pelo Conselho no ano transacto, como forma de enquadramento ao caso prático que se apresenta no Capítulo subsequente.

Por último, serão redigidas as conclusões sobre o tema e sugeridas algumas ideias para futuras investigações, dando assim por terminado o Capítulo V.

CAPÍTULO II - REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Harmonização Fiscal da Tributação Directa na União Europeia

2.1.1. Obstáculos fiscais à plena integração europeia

De acordo com o oportunamente referido na fase introdutória deste trabalho, a Europa cedo definiu o desígnio de integração económica para as suas nações, idealizando a criação do intitulado Mercado Único como meio de resposta à competitividade imposta pela concorrência directa dos Estados Unidos e do Japão, como referido pela autora Martins (2009).

Não obstante, e citando novamente Martins (2009), a referida integração sobejamente cobiçada mediante a edificação de uma união ao nível europeu ainda não se apresenta plenamente alcançada, em grande medida porque o crescente alargamento da UE com a adesão de novos EM tem revelado a presença de um obstáculo maior: a divergência entre sistemas fiscais comunitários distintos.

Face do *supra* exposto refere António Carlos Santos¹² existir, «uma certa correlação entre as clássicas fases de um projecto de integração económica como o das Comunidades Europeias e os sistemas fiscais dos diversos Estados membros.» Menciona ainda Peixoto (2007) que, «as distorções fiscais existentes no espaço europeu, sobretudo ao nível da tributação das sociedades, têm um efeito negativo na construção do mercado interno». Semelhante opinião é partilhada por Giebels (2007), «the fact that every Member State has got a different Corporate Income Tax System affects the functioning of the Internal Market in the European Union».

Saliente-se que, actualmente subsistem 27 diferentes sistemas fiscais¹³, estruturados prioritariamente para responderem a assuntos do foro nacional (economias fechadas), relevando-se por isso inapropriados quando necessário dar resposta a desafios numa economia integrada como se pretende do Mercado Único. Como consequência, as empresas cuja actividade não se limita somente ao seu território nacional são

¹² In Fisco n.º 42: “IVA e Mercado Interno: as Aquisições Intracomunitárias de Bens”, 1992, p. 3 e segs.

¹³ O número de EM terá tendência a aumentar. Veja-se que, actualmente (Agosto de 2012) a Croácia encontra-se na fase de adesão a ocorrer em 2013, e que a Antiga República jugoslava da Macedónia, a Islândia, Montenegro, a Sérvia e a Turquia qualificam-se como países candidatos.

defrontadas com inúmeras dificuldades, conforme comenta László Kovács¹⁴, comissário europeu responsável pela Fiscalidade e União Aduaneira de Novembro de 2004 a Fevereiro de 2010. A disparidade de taxas aplicáveis ao rendimento das sociedades é um bom exemplo disso, conforme se afere na figura *infra*:

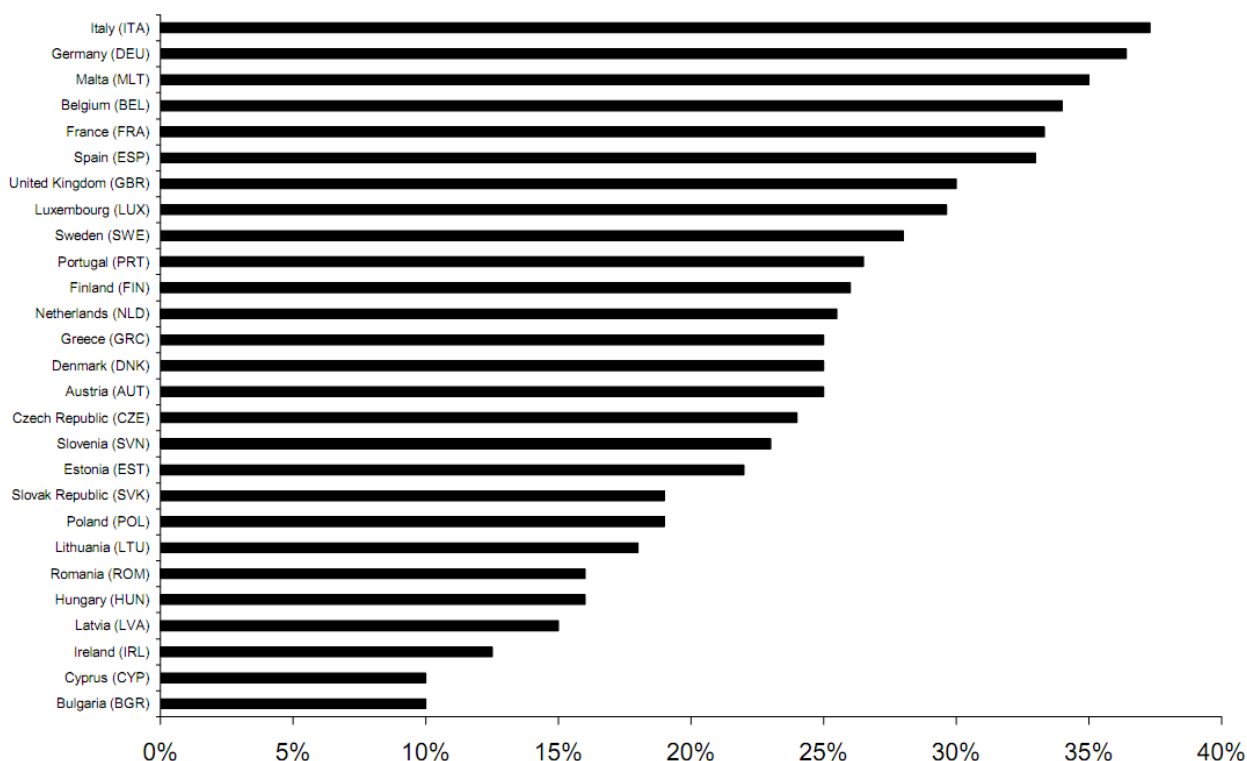


Figura 2.1 – Taxas de imposto sobre as sociedades da UE27¹⁵

Fonte: Study for the European Commission - “*The economic effects of EU-reforms in corporate income tax systems*”, October 2009

Embora com grande impacto nas suas decisões, veja-se que o afastamento das taxas de tributação não é o único obstáculo enfrentado pelas empresas que mantêm actividades transfronteiriças. Enumeram-se seguidamente aqueles que são tidos como as barreiras fiscais mais pertinentes de acordo com a opinião dos autores Peixoto (2007) e Giebels (2007), e também partilhado pela Assembleia da República no seu parecer sobre a Proposta de Directiva do Conselho relativa a MCCCIS, e bem assim na comunicação da Comissão COM(2001) 582 final, entre outros:

- **Gastos administrativos elevados** no cumprimento de obrigações fiscais aplicáveis no conjunto de jurisdições em que a empresa actue;

¹⁴ In Revista TOC n.º 100, Ano IX, Julho de 2008, pp. 6-11

¹⁵ Taxas incluem as taxas de imposto nominais, adicionadas das sobretaxas adoptadas em alguns países (2007).

- **Regras em matéria de Preços de Transferência** – os resultados contabilísticos e fiscais apurados em cada ordenamento jurídico-tributário devem cumprir com a aplicação do princípio dos preços de plena concorrência (elevados *compliance costs* associados);
- **Dupla tributação internacional** – embora já tenham sido alvo de publicação, diversas Directivas, Convenções e ADT no sentido de evitar e/ou mitigar o efeito da dupla tributação, muitas são as situações em que a obtenção de rendimentos em outros EM agrava a tributação de uma empresa, pela falta de ADT entre o seu país de residência e o local onde os mesmos são obtidos, e bem assim pela ausência de disposição sobre tais rendimentos;
- **Compensação de perdas** – exclusão de dedução dos prejuízos apurados pelas filiais não residentes no âmbito da Sociedade-mãe. Note-se que, na esfera das empresas estabelecidas num só EM, a possibilidade de dedução dos prejuízos reduz o lucro tributável, e consequentemente a carga fiscal respectiva; e,
- **Reestruturação empresarial** – pese embora o Conselho Europeu já tenha tomado medidas nesta matéria, nomeadamente pela publicação da Directiva das Fusões (Directiva 90/434/CE, de 23 de Julho), as reestruturações que envolvam empresas e/ou activos localizados em diferentes EM continuam a acarretar dificuldades e encargos fiscais acrescidos face às mesmas operações efectuadas internamente.

Refira-se que, muito embora a UE tenha implantado aos longo dos anos medidas com vista à mitigação de esquemas de evasão¹⁶ e fraude fiscal¹⁷, nomeadamente a publicação do Código de Conduta¹⁸ no domínio da fiscalidade das empresas, as desigualdades em matéria de tributação directa acima mencionadas, entre outras, apresentam-se como estímulo conducente a situações desta ordem, as quais, para além de fomentarem a concorrência fiscal prejudicial¹⁹ e distorções ao nível da justiça fiscal,

¹⁶ “Prática de actos ou negócios lícitos mas que a lei fiscal qualifica como não sendo conformes com a substância da realidade económica que lhes está subjacente ou serem anómalos, anormais ou abusivos”, cf. Pereira (2007: 401-402)

¹⁷ “Actos ou negócios ilícitos, infringindo frontalmente a lei fiscal”, cf. Pereira (2007: 402)

¹⁸ Publicado no JO n.º C 002, de 6 de Janeiro de 1998, como Anexo 1 às conclusões do Conselho ECOFIN de 1 de Dezembro de 1997, em matéria de política fiscal

¹⁹ “concessão de regimes mais favoráveis (com níveis de tributação muito reduzidos, ou mesmo, de ausência de tributação) a residentes de outro Estado, no sentido de atrair investimento ou receitas para esse Estado. O que implica a perda total de receitas para o Estado lesado e resultados reduzidíssimos para o Estado que concede estes regimes mais favoráveis.”, Tavares (2011).

provocam elevadas quebras orçamentais nas receitas dos EM, fundamentais para assegurarem o financiamento das despesas sociais e de bem-estar, conforme cita Fernandes (200?).

2.1.2. Resenha histórica dos trabalhos da Comissão Europeia nesta matéria

Muito embora desde a criação da CE terem surgido barreiras fiscais à integração plena do Mercado Único, raras foram as realizações da Comunidade (actual União Europeia) em matéria de coordenação das políticas fiscais com vista à convergência dos sistemas tributários dos diversos EM, limitando-se, como refere Raposo (2005), ao mínimo necessário ao seu bom funcionamento.

Conforme referido no preâmbulo, o Tratado de Roma apresenta-se parco em matéria de tributação directa, incluindo apenas “*Disposições Gerais*” (Parte VI, artigo 293.º). Prevalencia assim, a postura de prestar a actuação comunitária ao princípio da subsidiariedade legislativa, consagrado no artigo 5.º do Tratado, onde alguns aspectos da tributação directa seriam deixados à livre apreciação de cada um dos EM integrantes. De acordo com a autora Raposo (2005), «(...) mercê da quase inexistência de harmonização tributária na Comunidade, cada Estado-membro estabelece as suas próprias normas para determinar quer os benefícios, quer as bases tributáveis para o cálculo dos diferentes impostos».

No entanto, e referindo Martins (2009), o *supra* exposto não deverá prevalecer sempre que as disposições da tributação directa produzam efeitos sobre o exercício das quatro liberdades fundamentais²⁰ previstas no Tratado de Roma.

Foi sob esta epígrafe, e com vista ao fortalecimento da integração económica no seio da UE (eliminação de barreiras ao comércio e investimento), que a Comissão Europeia desde a sua fundação se dedicou às matérias em sede de tributação directa, tal qual refere Rocha (2006), tendo sido elaborados para o efeito múltiplos relatórios, programas, propostas e resoluções sobre a tributação das sociedades, conforme, de forma sucinta e com referência aos mais relevantes, se passa a enunciar.

O primeiro grande trabalho da Comissão, que se mostrou desde logo precursor na construção do futuro sistema fiscal comunitário em matéria de harmonização fiscal ao nível dos diversos impostos, foi publicado em 1962 e remetia ao Relatório do Comité

²⁰ Liberdades fundamentais enunciadas na alínea c), do artigo 3.º do referido Tratado: a livre circulação de mercadorias, pessoas, de serviços e de capitais.

Fiscal e Financeiro da Comissão das Comunidades Europeias, denominado por **Relatório Neumark**. Sob este documento assentavam algumas medidas de eliminação das distorções fiscais provocadas pela presença de diferentes sistemas tributários, nomeadamente o mecanismo de compensação fiscal, a harmonização fiscal, e a integração financeiras e fiscal plena. Este último instrumento, tal como refere Raposo (2005), apresentava-se como «um sistema fiscal unificado para todos os Estados membros dirigido por uma entidade supranacional à qual todos reconheceriam soberania fiscal». Refira-se que segundo Mina (2008, op. citada Dourado, 1996) as preocupações basilares deste relatório endereçavam-se no sentido de garantir a não interferência da tributação no funcionamento do Mercado Único, e bem assim a não discriminação dos sujeitos passivos em função da sua nacionalidade e residência. Em matéria de tributação directa, o presente relatório recomendava a adopção, embora de forma faseada, de disposições propensas à (i) harmonização das bases de tributação de juros e dividendos, (ii) à harmonização da tributação das sociedades, e bem assim à celebração de uma convenção multilateral entre os EM (em substituição das convenções bilaterais), e por fim (iii) à coordenação da actuação das administrações fiscais (mediante criação de um sistema comum de informação e um tribunal especial para a resolução de conflitos de índole fiscal).

No ano de 1966 evidencia-se o **Relatório Segré**, o qual deduziu entendimento sobre a tributação dos rendimentos de capitais. O objectivo maior deste trabalho era garantir a neutralidade fiscal no tratamento de sujeitos passivos não residentes, promovendo algumas medidas elementares à supressão de obstáculos fiscais, nomeadamente a dupla tributação internacional de rendimentos de investimento, as diferenças nas bases e taxas de imposto entre os EM, adversos à integração financeira.

Um ano depois, a Comissão procedeu à publicação do **Programa de Acção no Domínio dos Impostos Directos**, documento apresentado no âmbito da liberalização da circularização de capitais, no qual foi proposto, citando Mina (2008): «i) atenuar a dupla tributação de lucros e dividendos; ii) harmonizar os sistemas de retenção na fonte de juros e dividendos; iii) eliminar os obstáculos fiscais às fusões de sociedades; iv) harmonizar as bases dos impostos sobre os lucros das sociedades».

Posteriormente, corria o ano de 1969 quando a Comissão apresentou ao Conselho as primeiras **duas propostas**²¹ **de Directivas comunitárias**, dando seguimento prático

²¹ JO n.º C 39 de 22.3.1969, p.1 e p.7

ao programa publicado em 1967: uma delas, relativa às fusões, cisões e entradas de activos entre sociedades de EM diferentes, e a outra referente ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mãe e sociedades afiliadas de EM diferentes. Refira-se que ambas as propostas vieram a ser aprovadas em 1990, sob a nomenclatura de Directiva 90/434/CEE e, Directiva 90/435/CEE, respectivamente.

Ainda em 1969, e no seguimento do previamente analisado no *Relatório Neumark*, é requerido pela Comissão, a análise profunda das implicações fiscais internacionais provenientes dos diferentes métodos de atenuação da dupla tributação económica sobre os dividendos, sob a qual é emitida o *Relatório Van Tempel*. Conforme refere a autora Dourado (1998), «o comité Neumark, em 1962, defendeu um sistema de integração parcial de taxas reduzidas para os lucros distribuídos, enquanto o comité van den Tempel propôs o sistema clássico²² pela maior simplicidade da sua aplicação no plano inter-estadual». Surge assim do mesmo, a proposta de «un gravamen absolutamente autónomo del beneficio obtenido por la sociedad y el distribuido por ésta a sus socio», tal qual referem Rodríguez e García (2002), com vista à não discriminação dos investidores não residentes.

É justamente em 1969, no âmbito da realização de um Conselho Europeu em Haia, que se assiste à primeira iniciativa da Comunidade com vista à integração monetária. O *Relatório Werner*, elaborado por um grupo de elevado nível técnico liderado pelo Primeiro-Ministro luxemburguês, Pierre Werner, foi alvo de publicação em 1970 e surgiu como concretização efectiva de tal iniciativa política, propondo a fundação de uma União Económica e Monetária no seio da CEE com o objectivo primordial de proceder-se «à liberalização total dos movimentos de capitais, à fixação irrevogável das paridades cambiais e à instituição de uma moeda única»²³. Em matéria de tributação directa sobre as sociedades, e conforme citam Rodríguez e García (2002), o presente documento teve a preocupação de salientar a necessidade de harmonização de determinados impostos susceptíveis de influenciar o movimento de capitais dentro da Comunidade, em especial a harmonização do regime fiscal aplicável ao juros de obrigações e aos dividendos, e bem assim «será necesario abordar activamente la armonización de la estructura de los impuestos sobre sociedades» (ibid.).

²² “No sistema clássico, a sociedade é uma entidade completamente distinta dos seus accionistas (...). Por conseguinte, no âmbito do sistema clássico, os lucros são sujeitos ao imposto sobre as sociedades ao nível da empresa e os lucros distribuídos, ou seja, os dividendos, são tributados ao nível do accionista no âmbito do seu rendimento global à taxa marginal em vigor.”, cf. ponto 2.2.1. da COM(2003) 810 final.

²³ In Comissão Europeia (2007): “Uma Moeda para a Europa – O caminho para o Euro”, p. 3

Com efeito do *supra* exposto, refere Mina (2006, op. citada Dourado, 1996) que nos Relatórios Segré, Van den Tempel e Werner «a preocupação primordial foi a análise dos efeitos da dupla tributação dos rendimentos de capitais (nomeadamente no que diz respeito à tributação do investimento directo e do investimento de “portfolio”) na integração comunitária e em todos eles a harmonização fiscal foi entendida como um processo dinâmico, concretizável por fases».

Em razão das dificuldades até então encontradas em matéria de harmonização fiscal do IS, entre 1975 e 1976 a Comissão apresentou várias propostas de Directivas, nomeadamente: (i) as propostas de Directiva sobre o tratamento fiscal de fusões, cisões e entradas de activos entre sociedades de EM diferentes, e o regime fiscal comum aplicável às sociedades-mãe e sociedades afiliadas de EM diferentes (inicialmente apresentadas em 1969); (ii) a proposta de Directiva relativa à harmonização dos sistemas de IS e do regime de retenção na fonte sobre os dividendos; e (iii) as propostas de Directiva sobre a assistência mútua no domínio dos impostos directos²⁴, e sobre a eliminação da dupla tributação no caso de correcções de lucros entre empresas associadas.

Em 1980, a Comissão apresentou ao Conselho um relatório sobre as perspectivas dos sistemas fiscais da Comunidade, denominado **Relatório Burke**, o qual reiterava a utilidade fundamental da harmonização fiscal para a realização do Mercado Único. Nesta sede, defende Raposo (2005) que, a harmonização fiscal apresenta-se como «o instrumento mais adequado e capaz de desempenhar o papel transitório até à plena integração económica comunitária». Este documento dispunha assim, a necessidade de harmonização em sede de tributação dos juros e dividendos, invocando a aprovação da Directiva comunitária proposta em 1975, e bem assim a harmonização fiscal em matéria de IS mediante aproximação das regras ao nível das legislações dos vários EM, relativamente ao tratamento das amortizações, valorização de activos, variações patrimoniais e regime de reporte de prejuízos.

Cinco anos depois, dá-se a publicação do **Livro Branco da Comissão das Comunidades Europeias ao Conselho Europeu sobre o aperfeiçoamento do mercado interno**, documento dedicado à eliminação das três barreiras (físicas, técnicas e fiscais) existentes no espaço comunitário. Com referência à tributação directa do IS apenas há

²⁴ 1ª Directiva aprovada em matéria de tributação directa – Directiva 7/779/CEE, de 19 de Dezembro

menção à necessidade de aprovação das propostas das Directivas enunciadas em relatórios publicados anteriormente.

Aceitando a falta de sucesso em fazer progredir as suas propostas, a Comissão sugeriu que, com salvaguarda do princípio da subsidiariedade, todas as iniciativas doravante apresentadas fossem definidas mediante procedimento de consulta com os EM. Desta forma, em 1990 o Conselho efectivou três medidas até então propostas pela Comissão (o chamado “Pacote de Três”), que incluía: a Directiva 90/434/CEE, relativa ao regime fiscal comum aplicável às fusões, cisões, entradas de activos e permutas de acções entre sociedades de Estados-Membros diferentes; a Directiva 90/435/CEE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades mães e sociedades afiliadas de Estados – Membros diferentes; e a Convenção 90/436/CEE relativa à eliminação da Dupla Tributação em caso de Correção de Lucros Entre Empresas Associadas.

Ainda nesse ano, a Comissão propôs outras duas medidas, (i) proposta de Directiva sobre a supressão das retenções na fonte relativamente a juros e *royalties* pagos entre sociedades associadas de EM distintos, e ii) a proposta de Directiva sobre a dedução aos lucros das sociedades, de prejuízos dos seus estabelecimentos estáveis e filiais situados noutros EM, as quais não foram aprovadas. Sublinhe-se que, nos últimos anos, algumas sociedades têm deduzido impugnação sobre o seu Estado de residência em matéria de dedução de prejuízos dos seus estabelecimentos estáveis e filiais situados noutros EM, recorrendo para tal ao TJCE, conforme será revisitado no final desta secção.

Em 1992, e com o propósito de alcançar algum progresso em matéria de tributação directa do IS, foi publicado o ***Relatório Ruding*** que incluía recomendações a questões previamente colocadas pela Comissão, e que tendiam, em suma, à anulação da dupla tributação de rendimentos obtidos fora do território nacional, e à convergência dos IS de cada EM com referência à matéria colectável e taxa de imposto (veja-se que estas últimas medidas não foram aceites pela Comissão por se mostrarem de tamanha ambição).

Em 1996 foi criado um ***Grupo de Política Fiscal***, que compreendia representantes dos Ministros de Finanças dos vários EM e era presidido pelo comissário de fiscalidade Mário Monti (daí ter sido apelidado por “Grupo Monti”). O seu trabalho deu origem à aprovação de um pacote fiscal (“Pacote Monti”), no ano de 1997, e que abarcava medidas fiscais essenciais ao combate da concorrência fiscal prejudicial. Tal como referem Mina (2008) e Rodríguez e García (2002), este pacote incluía, tão somente, a publicação de um Código de Conduta no domínio da fiscalidade das empresas (já

referido oportunamente) que visasse a eliminação de medidas nocivas propensas a influenciar a localização de actividades no seio da Comunidade; a aprovação de medidas fiscais aplicáveis aos rendimentos da poupança²⁵ evitando quebras nas receitas estaduais em consequência da concorrência fiscal dos EM; e, a implementação de medidas relativas à tributação de juros e *royalties* entre empresas do mesmo grupo²⁶, mas residentes em EM diferentes, por forma a evitar a dupla tributação internacional.

2.1.3. De uma abordagem conservadora para o projecto-piloto em matéria de harmonização fiscal do imposto sobre o rendimento das sociedades

Pese embora, desde 1969 até finais dos anos 90 tenha-se verificado algum dinamismo no processo de harmonização dos diferentes sistemas fiscais dos EM, o auge da sua materialização não foi para além da aprovação de algumas medidas com vista à resolução de questões específicas (“*targeted solutions*”), como é caso da mitigação da dupla tributação internacional, a título exemplificativo.

Não obstante, e conforme copiosamente sublinhado em diversos comentários anteriormente tecidos, tais medidas não demonstram ter alcance suficiente para satisfazer um dos objectivos primórdios que a Comunidade fixou para si própria – a criação de um Mercado Único assente em princípios fundamentais de livre circulação²⁷.

Assim, e indo ao encontro do objectivo estratégico traçado pela União Europeia no Conselho Europeu de Lisboa em Março de 2000 em «(...) tornar-se no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento (...)», verificou-se urgente em identificar prioridades específicas no domínio da tributação directa das empresas na UE, «a fim de a adaptar ao novo enquadramento económico e de reforçar a eficácia do mercado interno, através da supressão dos obstáculos fiscais internos»²⁸ (oportunamente referidos na secção anterior).

Foi neste contexto que, a Comissão, na sua Comunicação ao Conselho intitulada “*Para um mercado interno se obstáculos*” [COM(2001) 582], apresentou uma nova estratégia disposta a corrigir as existentes distorções fiscais, e a eliminar as barreiras

²⁵ Realizou-se mediante publicação da Directiva 2003/48/CE, do Conselho, de 3 de Junho relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros.

²⁶ Deu origem à Directiva 2003/49/CE do Conselho, de 3 de Junho

²⁷ Embora já seja reconhecido o estatuto de Sociedade Europeia (“*Societas Europaea*”), mediante publicação da Directiva 2001/86/CE do Conselho, de 8 de Outubro, não há contemplação de qualquer disposição em matéria de harmonização fiscal.

²⁸ Cf. COM(2001) 582 Final, de 23.10.2001, p.3

associadas à fiscalidade que impedem os agentes económicos de usufruírem pleno partido das regalias proporcionadas e sinergias alcançadas no âmbito do Mercado Único. Sob esta estratégia, tendente à harmonização fiscal comunitária, a Comissão apresentou os seguintes cenários: a) introdução de uma taxa nominal comum de imposto na UE (posteriormente intitulado por “Imposto Único Europeu”); b) introdução de uma matéria colectável comum (comumente denominado por “MCCCIS”); ou c) a introdução de um sistema que consista em aplicar as regras de determinação da matéria colectável do país de origem (ulteriormente designado por “*HST*”). A Comissão acresce ainda nesta comunicação, que tais medidas não deveriam sobrepor-se inteiramente em matéria de tributação directa das empresas, em detrimento de medidas mais específicas (caso das convenções em matéria de dupla tributação, reformulação das Directivas comunitárias existentes, suprimir a proposta de Directiva referente à compensação de prejuízos fiscais transfronteiriços, entre outros), uma vez que estas últimas auxiliariam, no curto prazo, a melhorar o conjunto de legislação exigente na UE, podendo, inclusive, constituir estágios preliminares de um regime “global”.

Tais cenários estratégicos propostos pela Comissão, foram amplamente acolhidos à escala europeia, qualificados como o corolário lógico do Mercado Único. Deste então, esta matéria tem sido alvo de extensa análise, tendo a Comissão, inclusive, criado um Grupo de Trabalho²⁹ com o objectivo final de apresentar uma proposta sobre o regime elencado na alínea b), na estreita medida em que os outros cenários demonstraram-se desadequados face a actual realidade comunitária, como se evidenciará no Capítulo que se segue, no qual, o regime MCCCIS será analisado com maior detalhe.

2.1.4. O papel do Tribunal de Justiça da União Europeia

Todavia, cabe ainda citar no presente Capítulo que, decorrente do facto de escassos terem sido os avanços prosseguidos na esfera da UE em sede de harmonização fiscal do IS, o TJCE tem-se demonstrado como instrumento jurídico essencial na resolução de litígios entre sociedades e respectivos EM, quando as primeiras vêm a sua carga tributária agravada porquanto a legislação fiscal vigente tratar de forma distinta uma mesma realidade dependendo do local em que as transacções se celebram, ou onde o rendimento é auferido (violação dos princípios fundamentais emanados pelo Tratado de

²⁹ *CCCTB Working Group*: criado em Novembro de 2004, e composto por peritos das administrações fiscais de todos os Estados-Membros.

Roma). Sem prejuízo do *supra* exposto, esta figura apresenta-se à partida “debilitada” pelo simples facto de, as sentenças por si proferidas consagrarem somente aplicação sobre as entidades envolvidas nos processos inferidos. A presente conjuntura comprova que, para a generalidade dos casos, os EM ou mesmo o Conselho, quando tem poderes para tal, não transpõem as decisões desta figura para o respectivo ordenamento jurídico³⁰, mantendo-se sob a forma de jurisprudência, o que coíbe outras sociedades em situações similares de recorrerem a tais decisões.

2.2. Introdução de uma Matéria Colectável Comum Consolidada do Imposto sobre as Sociedades no seio da União Europeia

2.2.1. Enquadramento teórico

Antes de dar início à análise deste Capítulo, é relevante relembrar que o objecto principal que se pretende debater com esta dissertação não remonta aos problemas derivados da tributação em sede de imposto sobre o rendimento das sociedades a título individual, mas apenas aos que resultam dos grupos societários transacionais.

Neste sentido, e de acordo com o referido previamente na fase introdutória da presente dissertação, a evolução da economia e o contexto de globalização impeliram processos de mudança nas formas de desenvolvimento empresarial, quer pela constituição de novas sociedades, quer pela aquisição de participações sociais em entidades já existentes, entre outros modelos de reestruturação empresarial. Com efeito, tais novas formas de organização societária estão na génese dos denominados grupos de sociedades.

Em face desta realidade emergente, e do ponto de vista fiscal, compreendeu-se ser legítimo para os vários EM da UE consagrarem nas suas legislações nacionais regimes especiais de tributação dos grupos de sociedades em sede de IS (*vide* Tabela n.º 2.1), tendo em vista a *ratio legis* de os tributar como de uma realidade jurídico-tributária autónoma se tratasse, omitindo a individualidade jurídica de cada umas das sociedades

³⁰ Este assunto já foi alvo de análise na agenda da Comissão Europeia [COM(2001) 582 Final]

que o compusessem, sob pena de, em caso contrário, ser violado o Princípio da Neutralidade Fiscal³¹ conforme referem Malheiro (2007) e Garcia (2012).

<i>País</i>	<i>Regime Fiscal</i>	<i>Percentagem Mínima de Participação</i>
Alemanha	Tax Consolidation (“ <i>Organschaft</i> ”)	> 50%
Áustria	Group Taxation (“ <i>Gruppenbesteuerung</i> ”)	> 50%
Bélgica	-	-
Bulgária	-	-
Chipre	Group loss relief	≥ 75%
República Checa	-	-
Dinamarca	Joint Taxation (“ <i>Sambeskatning</i> ”)	> 50%
Estónia	-	-
Finlândia	Group Contributions (“ <i>Konserniavustus</i> ”)	≥ 90%
França	Tax Consolidation (“ <i>Intégration fiscale</i> ”)	≥ 95%
Grécia	-	-
Hungria	-	-
Irlanda	Group/ Consortium Relief	≥ 75%
Itália	Tax Consolidation (“ <i>Consolidato nazionale</i> ”)	> 50%
	Consortium Relief	10% < x < 50%
Letónia	Group Relief	≥ 90%
Lituânia	Group loss relief ¹	-
Luxemburgo	Tax Consolidation (“ <i>Intégration fiscale</i> ”)	≥ 95% ²
Malta	Group loss relief	≥ 51%
Países Baixos	Fiscal Unity (“ <i>Fiscale eenheid</i> ”)	≥ 95%
Polónia	Pooling	≥ 95%
Portugal	Tax Consolidation (“ <i>Lucro Consolidado</i> ”)	> 90% ³
Roménia	-	-
Eslováquia	-	-
Eslovénia	-	-
Espanha	Tax Consolidation (“ <i>Consolidación fiscal</i> ”)	≥ 75%
Suécia	Group contributions (“ <i>Koncernbidrag</i> ”)	≥ 90%
Reino Unido	Group/ Consortium Relief	≥ 75%

1) Para o exercício de 2010 e seguintes

2) Poderá ser reduzida para 75% em situações excepcionais

3) Desde que tal participação confira mais de 50% dos direitos de voto

Tabela 2.1 – Regimes de consolidação fiscal nos vários EM da UE27

Fonte: Própria com recurso a informação presente no 2012 *Worldwide Corporate Tax Guide* da Ernst & Young e no SEC(2006) 1690

Na verdade, refira-se que, o recurso a estes regimes poderá conduzir a ganhos substanciais para os grupos de sociedades que cumpram com os pressupostos para a sua aplicação, pelo facto de, *inter alia*, ser possível a dedução, ao lucro tributável

³¹ Dever de tributar o rendimento da mesma forma, independentemente da estrutura organizativa e da forma assumida pelas empresas no exercício da sua actividade.

“consolidado”, de prejuízos fiscais que na esfera individual não revelariam para efeitos fiscais diante a carência de matéria colectável.

Não obstante, a opção pela aplicação destes regimes encontra-se, na sua generalidade, limitada tão somente aos grupos societários cujas sociedades abrangidas são consideradas residentes, para efeitos fiscais, no mesmo EM das suas sociedades dominantes. Desta forma, o benefício que prevalece dentro das fronteiras de um Estado, revela-se inexequível quando as sociedades pertencentes a um grupo societário são residentes em EM diferentes do Estado de origem da sociedade dominante.

Pese embora, pareça ser válida a aplicação do Princípio da Territorialidade³², no sentido de delimitar o âmbito de incidência e da eficácia da lei fiscal nacional somente ao território do respectivo Estado quando a localização de uma, ou mais, sociedades do grupo societário se verifique fora do território adstrito à UE, manifesta-se inadmissível tal acolhimento quando estamos na presença do espaço europeu que fixou para si objectivos de plena integração política, económica e financeira.

Sem prejuízo do *supra* exposto, note-se que alguns EM (e.g. Áustria e Dinamarca) já prevêm na sua legislação doméstica a inclusão de subsidiárias estrangeiras nos seus regimes de consolidação fiscal. Tomando o exemplo da posição austríaca, a mesma estabelece a figura *cross-border tax consolidation*, mediante a qual é permitida a dedução de prejuízos fiscais apurados por subsidiárias estrangeiras à base tributável do grupo, na mesma proporção da participação detida sobre o capital social, desde que estas últimas sejam detidas directamente por uma sociedade-mãe residente em território austríaco (âmbito limitado ao *first-tier*), e que tais entidades estejam constituídas sob uma das formas jurídico-legais prevista na legislação austríaca. Quanto aos lucros apurados pelas subsidiárias estrangeiras, os mesmos não são, normalmente, incluídos no cálculo do lucro consolidado. Citando, *ipsis verbis*, as palavras pronunciadas por Schneider (2006): «The Tax Reform Act 2005 (...), had a dramatic impact on the corporate tax system (...), and a new group taxation system replaced the so-called Organschaft (...). The new group taxation regime was introduced in anticipation of the decision of the European Court of Justice (ECJ) in Marks & Spencer (...) and has been acknowledged as one of the most competitive regimes in the world due to its flexibility and cross-border tax relief granted for losses incurred by foreign subsidiaries.»

³² Para mais desenvolvimentos sobre este princípio, vide Xavier (2009), pp.22-30

É neste sentido, que o objecto central em debate nesta dissertação – **Introdução de uma Matéria Coléctavel Comum Consolidada do Imposto sobre a Sociedade** – se demonstra como uma solução tão urgente no seio da UE. Assim, o reconhecimento de personalidade jurídica aos grupos de sociedades transnacionais, como se de uma entidade jurídico-tributária autónoma se qualificasse, permitirá a aplicação da estratégia emanada pela Comunidade na sua Comunicação ao Conselho em Outubro de 2001 (*vide* Anexo I para compreensão do conceito “Grupo de Sociedades”).

2.2.2. Medidas apresentadas pela Comissão Europeia

Conforme enunciado no ponto 2.1.1. da presente dissertação, muitos são os obstáculos de cariz fiscal com os quais as empresas se deparam quando presentes na zona da UE. Com efeito, coube à Comissão apresentar propostas sobre a adopção de regras fiscais comuns no espaço europeu, apresentadas ao Conselho Europeu mediante sua Comunicação de Outubro de 2001, as quais surgiram como instrumentos, quase como condição *sine qua non*, para a eliminação e/ou mitigação substancialmente das barreiras *supra*: «A solução de proporcionar às empresas multinacionais uma **matéria colectável comum consolidada do imposto sobre as sociedades** para as suas actividades a nível da UE é a única que poderá (...), eliminar de forma sistemática a maior dos obstáculos às actividades económicas transfronteiras no mercado interno»³³.

É neste sentido, que passaremos, então, à análise dos três modelos mais notórios, tomando como referência alguns trabalhos que se pronunciam sobre o assunto, dando, claro está, maior relevância à medida MCCCIS (análise efectuada em secção separada).

<i>Medidas</i>	<i>Modo</i>	<i>Base Tributável</i>	<i>Taxa Aplicável</i>
<i>HST</i>	Opcional	Nacional	Nacional
<i>CCCTB</i>	Opcional	UE	Nacional
<i>EUCIT</i>	Obrigatório	UE	UE

Tabela 2.2 – Classificação das 3 principais medidas propostas pela Comissão

Fonte: Horst, Bettendorf e Rojas-Romagosa (2007)

³³ Cf. COM(2001) 582 final, de 23 de Outubro, p. 15

a) Imposto europeu sobre o rendimento das empresas (*EUCIT*)

Pese embora se possa afirmar que a UE dispõe actualmente de alguns tributos de carácter europeu, em virtude do seu diminuto impacto financeiro e da sua fraca presença no dia-a-dia dos contribuintes, os mesmos não são percepcionados como tal, conforme defende Santos (2008). Fazem parte desta realidade, os direitos aduaneiros e agrícolas e a taxa aplicada à base harmonizada do IVA, tributos estes definidos e cobrados pela UE enquanto fonte de rendimento do orçamento comunitário³⁴.

Recentemente, e em razão da necessidade eminente de harmonização fiscal em matéria de IS, a Comissão apresentou a proposta para introdução de um imposto europeu sobre o rendimento das empresas – *EUCIT* (designação anglo-saxónica). Esta medida estabelecia a instituição de uma taxa de IS única (considerado como um imposto supranacional), paralela às taxas internas de cada EM, a incidir sobre o resultado consolidado das várias empresas de um grupo societário europeu.

Embora tenha sido intenção da Comissão propor uma solução viável do ponto de vista jurídico-fiscal³⁵, esta apresentava diversas vicissitudes que a tornavam utópica, nomeadamente a violação do Princípio da Subsidiariedade mediante a perda de soberania de cada EM no direito à determinação das taxas de IS, a possível existência de EM que não tributem o rendimento das sociedades, como é o caso da Estónia, que substituiu o IS pela tributação dos dividendos distribuídos aos sócios, e bem como a falta de resolução para os actuais obstáculos fiscais enunciados no ponto 2.1.1. A este respeito refere Peixoto (2007) que «embora este modelo de tributação possa apresentar vantagens superiores aos modelos anteriormente analisados, em termos de ultrapassagem de obstáculos ao pleno funcionamento do mercado interno, parece enfrentar dificuldades de implementação ainda mais intransponíveis do que os restantes, pelo menos no curto e médio prazo».

³⁴ Desde a Decisão do Conselho de 21 de Abril de 1970, e cumprindo o entendimento consagrado no artigo 269.º do Tratado que institui a CE, que o financiamento da actual UE é efectuado com recursos próprios, mediante cobrança de impostos aos vários EM.

³⁵ Apesar de passar a vigorar um IS adicional aos 27 actuais, poderia afirmar-se a existência de uma convergência natural entre as taxas internas praticadas pelos EM, conforme comenta Santos (2008), decorrente da concorrência “positiva” entre os mesmos.

b) Tributação segundo o Estado de origem (HST)³⁶

«(...) as pequenas e médias empresas activas a nível internacional beneficiarão igualmente da eliminação dos obstáculos fiscais. Em termos gerais, existem boas razões para conceder às pequenas e médias empresas medidas proporcionais de simplificação e de normalização com vista à redução dos seus custos de adaptação em matéria fiscal».³⁷

Foi no contexto de tal afirmação, e no seguimento da sua Comunicação de 2001, que a Comissão Europeia, em Dezembro de 2005³⁸, sugeriu a introdução de um projecto-piloto aplicável à tributação das PME, *Home State Taxation*³⁹ (designação anglo-saxónica), sob o qual propunha a aplicação das regras de determinação da matéria colectável do país de origem da sociedade-mãe do grupo a todas as sociedades-dominadas residentes nos outros EM (base tributável seria subsequentemente segregada pelos diversos EM de residência das entidades do grupo mediante aplicação de uma fórmula de repartição, e sujeita à aplicação das taxas estabelecidas internamente por cada Estado⁴⁰). Conforme citam Romero e González (2007): «El objetivo perseguido es el de favorecer la internacionalización de las actividades de las PYMES mediante la simplificación formal y reducción de costes administrativos, como consecuencia de tener que utilizar una única norma legal (la del Estado de residencia de la matriz) para calcular la base imponible».

Muito embora a implementação deste regime, mediante instituição do reconhecimento mútuo e da cooperação voluntária entre os EM envolvidos, se apresentasse, numa primeira instância, como uma solução pragmática para o problema da compensação transfronteiriça de prejuízos fiscais na medida em que, no actual estágio do Direito Fiscal Comunitário, não careceria da fundação de uma nova legislação de amplitude europeia, e como tal não se colocaria o inconveniente da imposição da votação por unanimidade dos EM para aprovação de medidas no domínio da fiscalidade⁴¹ conforme igualmente defendido por Santiago (2003), o seu *modus operandi* olvidaria, em grande parte, a implementação de uma harmonização fiscal comunitária (veja-se que, na sua essência, continuariam a existir tantas jurisdições

³⁶ Para maiores desenvolvimentos sobre esta matéria vide Mintz (2002), Rodrigues (2010) e Santiago (2003)

³⁷ Idib. (nota de rodapé n.º 33)

³⁸ COM(2005) 702 final, de 23 de Dezembro

³⁹ Modelo idealizado inicialmente por Malcolm Gammie, posteriormente desenvolvido pelo “Grupo de Estocolmo” e partilhado em 1999 na publicação *European Taxation*, cf. referem Lodin e Malcolm (2002), p. 1.

⁴⁰ Cumpriria com o Princípio da Subsidiariedade consagrado no artigo 5.º do Tratado sobre o Funcionamento da UE (redesignação do Tratado que institui a CE mediante ratificação do Tratado de Lisboa).

⁴¹ Previsto no número 1 do artigo 100.º-A do Tratado da União Europeia

fiscais distintas quanto o número de EM aderentes à UE). Poder-se-ia falar em harmonização fiscal, caso as regras de apuramento da base tributável estabelecidas nos diversos EM fossem, no seu todo, bastante semelhantes.

Porém, para além de este regime não eliminar os obstáculos fiscais presentes na UE pela ausência de uma harmonização fiscal em matéria de IS tal qual mencionam Lodin e Gammie (2001): «It nevertheless largely removes the main tax obstacles to cross-border activity between participating Member States within the European Union», o mesmo poderia conduzir a dificuldades maiores, nomeadamente à distorção fiscal e à concorrência fiscal prejudicial. Neste sentido, leia-se o citado por Mintz (2002): «A further distortion with Home State Taxation is that companies might change residency to reduce their tax liabilities by choosing a country with a more favourable tax base.»

Assim, e considerando que a implementação desta medida a todas as empresas da UE poderia não assegurar «(...) a abordagem mais adequada em termos fiscais para o mercado interno (...)»⁴², a Comissão apenas propôs a realização de testes no âmbito de um projecto-piloto reservado às PME interessadas e aos EM cujas matérias colectáveis fossem comparáveis, ficando assim excluída da análise levada a cabo para o estudo dos aspectos práticos da introdução de uma base de incidência comum⁴³.

c) Matéria Colectável Comum Consolidada do Imposto sobre as Sociedades

“In the long term, the most ambitious and the most significant measure would be the introduction of a common consolidated corporate tax base for all EU-wide economic activities.”

László Kovács⁴⁴

Perante uma análise retrospectiva dos progressos obtidos em matéria de harmonização fiscal do IS, verifica-se que os mesmos têm-se demonstrado escassos, ainda que divergentes do trabalho levado a cabo pela Comissão Europeia sobre este assunto, e, mesmo aqueles que têm sido alvo de realização, comprovam-se infrutuosos no combate aos actuais obstáculos fiscais com que as sociedades transacionais se deparam. Todavia, e conforme oportunamente referido no corpo da presente dissertação, no decorrer da última década relevantes desenvolvimentos têm reflectido a vontade de

⁴² Cf. COM(2005) 702 final, de 23 de Dezembro, p. 10

⁴³ Cf. referido no Parecer 2006/C 88/12, de 11 de Abril

⁴⁴ Citação efectuada numa conferência na Universidade de Oxford a 23 de Março de 2006

mudança estabelecida por uma União Europeia que não pretende ficar aquém dos objectivos por si, e para si, traçados: «Num mundo em mutação, pretendemos que a UE se torne uma economia inteligente, sustentável e inclusiva»⁴⁵.

Em razão das matérias de natureza fiscal revelarem-se como um dos eixos de debate no âmbito da UE, a medida MCCCIS inicialmente apresentada pela Comissão Europeia, e posteriormente publicada pelo Conselho Europeu sobre a forma de Proposta de Directiva, é apontada como uma das soluções mais adequadas à reforma dos actuais sistemas fiscais europeus em matéria de harmonização fiscal do IS. Actualmente, o sistema de tributação dos rendimentos das sociedades de um grupo transfronteiriço sito na UE é baseado numa contabilidade separada, onde o rendimento tributável de cada uma delas é determinado e tributado como rendimento gerado individualmente em cada jurisdição, por aplicação do princípio da plena concorrência (*“arms-length principle”*)⁴⁶. Por sua vez, o sistema de tributação MCCCIS apresenta-se como «(...) a system of common rules for computing the tax base of companies which are tax resident in the EU and of EU-located branches of third-country companies». Perante a aplicação opcional de tal regime de tributação, em detrimento dos actuais regimes aplicáveis nos EM, cada entidade de um grupo societário calculará a sua matéria colectável com base num sistema de regras comuns, as quais, serão posteriormente sujeitas a consolidação (fiscal) e a repartição por cada um dos EM elegíveis (para maior detalhe sobre este sistema *vide* Anexo II).

Veja-se que esta proposta, porquanto se apresentar tão reformadora quanto possível, e bastante ambiciosa, tal qual assinalam os autores Romero e González (2007): «(...) es el proyecto más ambicioso que se ha planteado la Comisión Europea en el ámbito de la fiscalidad empresarial directa (...)», múltiplas são as opiniões, concordantes e antagónicas, acerca das vantagens e desvantagens da sua adopção no âmbito da UE. Porém, e pese embora o futuro de tal medida pareça promissor, o mesmo encontra-se largamente dependente de duas perspectivas: a técnica e a política, conforme defende Rocha (2006).

Quanto à primeira vertente, poder-se-á afirmar que o futuro desta medida encontra-se dependente da capacidade do Conselho em apresentar uma proposta final, cuja

⁴⁵ Intervenção do actual Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso no domínio da estratégia de crescimento “Europa 2020”.

⁴⁶ Princípio segundo o qual, as condições associadas às relações comerciais ou financeiras entre entidades relacionadas não devem ser diferentes das que seriam estabelecidas entre empresas não associadas (consagrado no artigo 9.º da Convenção Modelo OCDE).

estrutura e corpo normativo fruem de aptidão técnica suficiente para fazer face às exigências fiscais que se impõe na UE, nomeadamente a instituição de uma medida que mitigue ou, num cenário óptimo, elimine as actuais barreiras de índole fiscal preponderantes à integração plena de um Mercado Único. Com efeito, *vide* a revisão efectuada no ponto 2.2.3. sobre o impacto económico-fiscal da introdução do regime de tributação MCCCIS, onde é dada relevância à sua capacidade de eliminação/mitigação das referidas barreiras fiscais.

Sem prejuízo do *supra* exposto, muito embora a proposta final do regime MCCCIS possa vir a ser considerada exímia no campo técnico, a promulgação desta medida tenderá a estar, forçosamente, cativa do arbítrio político dos EM. Neste sentido, sublinhe-se que o parecer político prevalecerá na aprovação desta medida, uma vez que a mesma encontra-se subjugada à obrigatoriedade de tomada de decisão unânime dos EM no Conselho Europeu em matéria de fiscalidade⁴⁷ (reveja-se o escrito na alínea b) do ponto 2.2.2. a este respeito). Conforme refere Nabais (2005), esta condição garante aos EM um verdadeiro direito de veto.

Razão desta vertente ter tanta relevância nesta matéria deve-se à presença de algumas incertezas quanto à viabilidade política da introdução de uma MCCCIS na UE, nomeadamente no que respeita à perda de soberania nacional em matéria de fiscalidade⁴⁸, e bem assim às consequências da repartição da matéria colectável comum consolidada (ambas com reflexo directo no montante de receita fiscal obtidas). Pese embora a questão da repartição da base tributável esteja intrinsecamente relacionada com a vertente técnica, a mesma encontra-se largamente dependente de decisão política, conforme reconhecido pelo Grupo de Trabalho MCCCIS⁴⁹. É de facto, por esta razão, que a fórmula de repartição tem merecido tamanha atenção por parte dos EM. Veja-se que, consoante os factores económicos que a compuserem, é previsível vir a ter impacto significativo nas receitas fiscais destes últimos, uma vez que os grupos societários movimentarão os seus investimentos, e consequentemente os seus lucros e prejuízos tributáveis, para as jurisdições onde o benefício fiscal for superior, tal qual referido por

⁴⁷ Já foi sugerida a sua substituição, em determinadas situações, pela figura da maioria qualificada (Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre “A fiscalidade na UE: princípios comuns, convergência das normas fiscais e possibilidade de votação por maioria qualificada», 2004/C 80/33, de 30 de Março).

⁴⁸ A introdução do regime de tributação MCCCIS (o qual leva a cabo uma harmonização *stricto sensu* da legislação fiscal em matéria de IS dos grupos societários) tem como principal objectivo a erradicação das disparidades existentes entre as legislações nacionais, salvaguardando, porém, a autonomia do exercício da competência legislativa de cada EM, nomeadamente em matéria de taxas de tributação do IS

⁴⁹ Cf. parágrafo 13 do Papel de Trabalho: “CCCTB: possible elements of the sharing mechanism”.

diversos autores, entre eles, Horst, Bettendorf e Rojas-Romagosa (2007), e conforme isoladamente apresentado com maior detalhe no ponto 2.2.4.

Saliente-se que, muito embora os aspectos teóricos da medida MCCCIS não tenham sido revistos de forma exaustiva, o que se revelaria muito além do pretendido com a presente dissertação porquanto a bibliografia existente apresentar-se extensa nesse sentido, foi efectuada uma breve contextualização desta medida com remissão para os respectivos anexos que complementam a sua compreensão, encaminhando-se a presente análise para duas questões que se apresentam, do ponto de vista conceptual, como os temas mais críticos no seio da discussão da introdução de uma MCCCIS – **o impacto económico-fiscal da sua implementação, e a fórmula de repartição da matéria colectável comum** –, razão pela qual as secções seguintes, que culminará o Capítulo da revisão bibliográfica, serem inteiramente dedicadas a estas questões.

2.2.3. Impacto económico-fiscal da adopção do sistema MCCCIS

Do ponto de vista da eficiência económica, os sistemas fiscais deveriam ser, ideologicamente, neutros em termos de opções de investimento empresarial, nomeadamente ao nível da sua estrutura, localização e financiamento, não impedindo, contudo, a possibilidade de concorrência fiscal entre os EM, conforme destaca a Comissão Europeia (2001). A presente situação da UE reflecte exactamente o contrário, o que comporta elevados custos de bem-estar para a economia europeia com manifesta consequência para os seus EM.

Todavia, e embora não seja possível quantificar com precisão o quão igualitário deverão ser os sistemas fiscais por forma a corrigir os obstáculos fiscais à plena actividade de um grupo societário situado na UE, é reconhecida a correlação directa entre ambas as variáveis. Assim, apresentar-se-á o sistema MCCCIS como um meio eficaz no combate às actuais barreiras fiscais? Sublinhe-se uma vez mais que, a resposta a esta questão será decisiva para uma tomada de decisão entre os EM quanto à adopção deste regime para tributação das suas empresas no âmbito dos respectivos grupos de sociedade.

O **cumprimento da legislação nacional** de cada Estado de residência das empresas de um grupo de sociedades apresenta-se como um dos entraves à realização das operações transfronteiras, porquanto os custos associados serem bastante onerosos, os

quais, conforme refere a Comissão dos Assuntos Parlamentares (2011), no contexto do cumprimento do normativo fiscal de 27 jurisdições distintas, representaram um valor médio de 10 mil milhões de euros em 2008. Adicionalmente, e de acordo com o relatório da Comissão Europeia (2004), *survey* efectuado a 700 empresas de 14 EM da UE, estes custos⁵⁰ estimam-se em €1.460.000 para as empresas de grande dimensão, o que corresponde, em média, a 1,9% dos impostos pagos e a 0,02% das respectivas vendas. No que respeita às pequenas e médias empresas tais encargos situam-se nos €203.000, o que equivale, em média, a 30,9% do imposto pagos e 2,6% das suas vendas. Ainda sob esta matéria, conclui o estudo “*The economic effects of EU-reforms in corporate income tax systems*” que os custos de cumprimento equivalem a 4% do pagamento do IS, referindo ainda o ensaio realizado por Devereux⁵¹ sobre o relatório da Comissão Europeia (2001), no qual o mesmo apura custos de cumprimento que deverão variar entre 2,7% e 4% das receitas fiscais.

Embora os actuais regimes de tributação do IS nacionais se mantenham em vigor paralelamente ao regime MCCCIS, a adopção de um sistema de cálculo da matéria colectável, comum a todos os EM intervenientes, trará larga vantagem na redução, no médio-longo prazo, dos dispêndios associados ao cumprimento da multiplicidade de leis e práticas fiscais. Tal qual referido o estudo “*The economic effects of EU-reforms in corporate income tax systems*”, a redução dos custos de cumprimento poderá ser, em média, de 0,4% do total das receitas com IS na Europa.

Sem prejuízo do *supra* exposto, a redução dos custos de cumprimento das obrigações fiscais internas de cada EM poderá não ser tão expressiva como expectável, conforme menciona um estudo desenvolvido pela Ernst & Young (2011)⁵². O mesmo concluiu que, pese embora o tempo despendido na preparação e preenchimento das declarações de IS das sociedades com actividades transfronteiras diminuísse mediante a adopção do sistema MCCCIS (na medida em que apenas seria obrigatório preparar e preencher uma única declaração para o consolidado fiscal), o esforço exigido à sociedade dominante na realização desta tarefa seria superior em razão da necessidade

⁵⁰ Tais custos incluem as obrigações fiscais em sede de tributação das empresas e IVA

⁵¹ Devereux, M. (2004). *Debating proposed reforms of the taxation of corporate income in the European Union*. International Tax and Public Finance, 11:71–89

⁵² In Ernst & Young LLP (2011), pp. 25-31. Este estudo analisou o tempo despendido internamente e os custos externos na esfera de cinco grupos de sociedades no âmbito da (i) preparação e submissão das declarações fiscais, (ii) no cálculo da estimativa de IS, (iii) nos contactos mantidos com a administração fiscal competente, e (iv) no cumprimento de obrigações fiscais em matéria de preços de transferência.

de coordenação da informação de cada entidade individual em matéria de cálculo da repartição da matéria colectável comum consolidada.

Por outro lado, e sob o princípio da plena concorrência (“*arm’s length principle*”) previsto no artigo 9.º da Convenção Modelo da OCDE, entre entidades em situação de relação especial deverão as mesmas, nas suas operações comerciais e financeiras, contratar, aceitar e praticar preços e condições substancialmente idênticos aos que seriam aplicados entre entidades independentes em operações comparáveis. Assim, e conforme refere Minas (2008), do ponto de vista fiscal, «(...) a substância económica deverá ser o único factor admissível para a determinação dos termos e condições praticados nas transacções estabelecidas entre entidades relacionadas», sob o prejuízo de, em caso contrário, serem aplicadas correções à matéria colectável. É de sublinhar que, de acordo com a Comissão Europeia (2001), a aplicação deste princípio ao cálculo dos **preços de transferência** (“*transfer pricing*”) entre as empresas integradas num grupo transfronteiriço acarreta elevados custos de adaptação, uma vez que a distribuição dos réditos (rendimentos) e os gastos entre si terá que ser efectuada numa base de contabilidade separada e, em caso de correcção efectuada por uma das administrações locais competentes, poderá haver lugar à dupla tributação de rendimentos (caso o ajustamento a efectuar à base tributável seja aplicado unilateralmente, sem que haja compensação sobre a matéria colectável da entidade relacionada com a qual se verificou a transacção)⁵³. Adicionalmente comenta Haskic (2009) que, a aplicação deste princípio não se coaduna com a realidade de um Mercado Único, na medida em que os grupos de sociedades poderão praticar diferentes preços entre si como reflexo das sinergias obtidas enquanto entidades integrantes de um único grupo económico. Veja-se que estes obstáculos têm elevada relevância no contexto internacional, na medida em que, conforme mencionado pela OCDE, no início dos anos 90 já se estimava que 60% de todo o comércio internacional se efectuava entre entidades relacionadas⁵⁴. Conforme refere a Comissão Europeia (2004), 82,8% das empresas de grande dimensão considera que a matéria em preços de transferência é uma questão relevante, nomeadamente no que respeita ao cumprimento dos requisitos de preparação da sua documentação (81,9% das empresas de grande dimensão que teve as suas políticas de preços de transferência

⁵³ Aplicação da Directiva 90/436/CEE, de 23 de Julho de 1990 (Convenção de Arbitragem), a qual visa, mediante um procedimento amigável ou arbitral, eliminar a dupla tributação em caso de correcção de lucros entre entidades associadas (ambas residentes em EM da UE)

⁵⁴ Referido no *working paper* da Comissão Europeia: *Company Taxation in the Internal Market*. SEC(2001) 1681, Bruxelas, 23 de Outubro de 2001, p. 23

transfronteiriças auditadas nos últimos 5 anos, teve dificuldade em lidar com o cumprimento dos requisitos, e 79,9% destas teve dificuldades em lidar com o risco de dupla tributação).

Porém, conforme refere o Grupo de Trabalho da MCCCIS (2006) e Haskic (2009), mediante a adopção do sistema MCCCIS deixarão de ser aplicadas as actuais disposições em matéria de preços de transferência na esfera do mesmo grupo de sociedades transnacional, na medida em que a base tributável é apurada com recurso a regras fiscais comuns, posteriormente alocadas a cada EM com base num mecanismo de repartição (“*formulary apportionment*”), e como tal os custos inerentes (custos de cumprimento e dupla tributação) serão eliminados. Desta forma, a matéria colectável deixará de ser alocada pelo método da contabilidade separada passando a ser repartida por cada entidade do grupo mediante aplicação de uma fórmula de repartição. Não obstante, conforme refere Giebels (2007, op. citada Nielsen, Raimondos- Moller and Schejelderup, 2001 e Pethig and Wagener, 2003) esta alteração aumentará a concorrência fiscal na UE, na medida em que a tributação da matéria colectável será efectuada com recurso a taxas diferenciadas. Assim, quanto maior a sensibilidade dos factores (trabalho, activos e vendas) presentes na fórmula de repartição face às diferenças de taxas de tributação, maior será a tendência em “manipular” a matéria colectável através dos factores da fórmula de repartição). Embora esta situação também esteja presente quando aplicados os mecanismos de preços de transferência, devido à sua elevada regulamentação, elevadas penalidades são aplicadas a quem assim o praticasse. Defende igualmente Giannini (2002) que, a aplicação de uma fórmula de repartição (dependendo dos factores incluídos e da sua sensibilidade face às diferentes taxas de IS) poderá por em causa a neutralidade fiscal necessária ao pleno exercício da UE, causando possíveis distorções fiscais com impacto económico nas receitas dos respectivos EM (para maiores desenvolvimentos *vide* ponto 2.2.4.).

Adicionalmente, a **dupla tributação**, jurídica⁵⁵ e económica⁵⁶, presente na tributação dos fluxos de rendimentos transfronteiros, nomeadamente sobre os dividendos, juros, royalties e outros rendimentos, apresenta-se como uma das maiores barreiras fiscais à plena actividade dos grupos de sociedades que operam no mercado transfronteiriço. A sua presença deve-se ao direito que o Estado de residência dispõe em

⁵⁵ Dupla tributação sobre a mesma pessoa, com referência ao mesmo rendimento ou património (também designada por dupla tributação internacional por ser uma situação recorrente do domínio internacional)

⁵⁶ Dupla tributação sobre duas pessoas distintas, mas com referência ao mesmo rendimento ou património

tributar todos os rendimentos auferidos pelas sociedades aí residentes, independentemente da sua origem (Princípio da Residência), paralelamente ao facto de o Estado da fonte também usufruir do direito de tributar o rendimento gerado no seu território (Princípio da Fonte). Embora existam mecanismos para a sua eliminação/mitigação, como é o caso das Directivas Comunitárias (algumas delas já anteriormente identificadas), dos ADT bilaterais celebrados entre os diversos EM, e o benefício de crédito de imposto previsto na legislação interna de alguns EM, é necessário que determinados requisitos e condições sejam cumpridos para que a sua aplicação se efective. Além disso, as actuais convenções (acordos) em matéria de dupla tributação não constituem uma solução adequada na eliminação da barreira imposta pela dupla tributação no Mercado Único, uma vez que as mesmas foram elaboradas num contexto bilateral e não num contexto de estreita integração entre os EM. Acresce ainda o facto de nem todos eles se encontrarem cobertos por tais convenções.

Sem prejuízo do disposto, defende a Comissão Europeia (2001) e bem assim o autor Giebels (2007) que a adopção do sistema MCCCIS será suficiente para resolver o problema da dupla tributação no seio das entidades de um grupo societário, na medida em que o mesmo prevê a dispensa de retenção na fonte sobre os rendimentos gerados no seio de tal grupo (cf. redacção do artigo 60.º da Proposta de Directiva), e bem assim, a isenção de IS sobre os dividendos auferidos (de acordo com a alínea c) artigo 11.º da referida proposta). É de notar contudo, que este “benefício” será somente aplicado na esfera de cada grupo de sociedades, ficando as operações com as entidades excluídas de consolidação sujeitas às regras internas e/ou ao actual direito internacional.

Contudo, o tema da sujeição a retenção na fonte nas transacções com entidades não incluídas no perímetro de consolidação carece de maior atenção. Salvaguardam os autores Spengel e Wendt (2007) que, caso uma sociedade seja sujeita a retenção na fonte por outra não incluída na consolidação, será necessário garantir que a repartição da matéria colectável entre os diferentes EM tenha em consideração os rendimentos sujeitos a retenção (a título de pagamento por conta), alocando-os somente à entidade a que dizem respeito, no sentido de não enviesar o usufruto do crédito de imposto, ou eventualmente da isenção do rendimento aplicados em cada EM. Caso contrário, poderá resultar numa perda de receitas para o EM de residência da entidade beneficiária.

Um tema fulcral no seio da adopção do sistema MCCCIS no seio da UE é a possibilidade de **compensação das perdas transfronteiras** apuradas pelas sociedades de um grupo societário. Veja-se que, nos últimos anos elevada relevância tem sido dada

a esta temática muito por causa do processo *Marks & Spencer*, no âmbito do qual o TJCE considerou a recusa de dedução dos prejuízos fiscais apurados pelas filiais estabelecidas noutros Estados-Membros aos lucros tributáveis apurados pela sociedade-mãe situada no Reino Unido, como uma infracção à liberdade de estabelecimento prevista no Tratado da CE. Refere ainda a Comissão Europeia (2006b): «A inexistência (ou limitação) de dedução transfronteiras constitui um obstáculo à entrada noutros mercados, perpetuando assim uma segmentação artificial do mercado interno segundo as fronteiras nacionais.»

Actualmente, os prejuízos fiscais apurados pelas filiais não têm qualquer relevância ao nível do tratamento fiscal das sociedades dominantes dentro da UE, e os prejuízos fiscais obtidos por estabelecimentos estáveis só poderão ser compensados com os lucros das respectivas sedes em determinadas circunstâncias. Não será de desvalorizar a apreensão dos EM em matéria de compensação de prejuízos fiscais transnacionais, uma vez que a sua dedução às bases tributáveis das entidades residentes conduzirá à perda de receita fiscal, sem que, por sua vez, possam aceder às respectivas receitas de IS. No entanto, será de sublinhar que a ausência de capacidade de dedução de prejuízos fiscais constitui um sério entrave à entrada em alguns EM, nomeadamente naqueles cuja dimensão do mercado nacional não será suficiente para absorver os prejuízos obtidos.

De acordo com a opinião da Comissão Europeia (2001) e do Parlamento Europeu (2008) a adopção do sistema MCCCIS apresenta-se como a forma mais adequada à compensação de prejuízos fiscais aos lucros transfronteiros no Mercado Único. Segundo, o estudo “*The economic effects of EU-reforms in corporate income tax systems*”, a consolidação de prejuízos fiscais reduziria a receita de IS na Europa em, sensivelmente, 5% (aproximadamente 0,2% do PIB). Porém, é de ressaltar que somente carecem de dedução os prejuízos fiscais apurados no seio do grupo consolidado (após adopção do MCCCIS e até à saída da respectiva beneficiária).

Por último, os custos fiscais significativos originados pelas **operações de reestruturação transfronteiras** são persuasivos, quanto baste, na tomada de decisão por parte das partes intervenientes, nomeadamente quando não é possível diferir a tributação das mais-valias originadas na sequência da alienação de participações, bem como a tributação dos bens transmitidos. Embora esta questão tenha colhimento na Directiva 90/434/CEE do Conselho, de 23 de Julho de 1990, o âmbito é bastante limitado e a sua aplicação pelos diferentes EM é muito heterogénea, conforme comenta a Comissão Europeia (2001).

Tal qual refere Giebels, a introdução da MCCCIS seria suficiente para eliminar o problema das barreiras fiscais que tendem a dificultar o desenvolvimento de processo de reestruturação internacionais (p.e. os processos de F&A transfronteiras).

Desviando a presente análise da visão macro dos benefícios/prejuízos advindos da introdução do sistema MCCCIS, é admissível referir que as próprias regras fiscais aplicáveis ao cálculo da matéria colectável comum consolidada, possam ser interpretadas como vantajosas, ou não, quando comparadas com os sistemas fiscais nacionais. Remeta-se para o caso português onde, mediante a introdução do regime MCCCIS, há a destacar a isenção de proventos de alienação de acções, a facilitação de depreciação de activos intangíveis, e o alargamento do perímetro de consolidação – passagem de uma percentagem mínima de participação social de 90%, no RETGS, para 75% no caso da MCCCIS (para maior detalhe sobre a comparação entre estes dois regimes vide Anexo III).

Finda a análise efectuada, é preponderante esclarecer a necessidade de participação de todos os EM para que a eliminação dos obstáculos *supra* enunciados seja conseguida, uma vez que os impactos económicos da adopção do regime MCCCIS diferem de EM para EM, conforme a seguir se apresenta. É necessário realçar, tal qual refere Giebels (2007), que há partida a eliminação de determinados obstáculos será conseguida mediante a aplicação de medidas específicas (p.e. em matéria de dupla tributação) não havendo, por isso, necessidade de intervenção da universalidade dos EM. Assim, segundo o estudo desenvolvido pela Ernst & Young LPP (2011)⁵⁷:

- A adopção do sistema MCCCIS (regime opcional) poderá aumentar as receitas fiscais em alguns EM, ao contrário de outros que verão as suas receitas diminuídas. Estima-se uma variação da receita fiscal de IS entre os -7.7% (caso da Alemanha) e os +2.6% (no Reino Unido), cf. figura n.º 1 do Anexo IV;
- Sendo este um regime opcional, é expectável que apenas participem os grupos societários que consigam diminuir a sua carga fiscal, nomeadamente aqueles que beneficiem da dedução de prejuízos fiscais, e aqueles que cuja matéria colectável repartida se afastará, o mais possível, dos EM com maior carga tributária. Desta forma, a percentagem do lucro tributável dos grupos a participar

⁵⁷ Estudo realizado sobre os dados financeiros presentes na base de dados Bureau Van Dijk's (Amadeus) de 50.000 grupos de sociedades, incluindo 4 milhões de empresas individuais que representam cerca de 96% da receita de IS na UE (com referência ao exercício de 2005)

voluntariamente poderá variar entre os 10% (Bulgária) e os 66% (República Checa), cf. tabela n.º 1 do Anexo IV;

- Ao nível da redução da taxa de tributação, prevê-se que somente 9% dos grupos fiscais beneficiem de uma redução de taxa de IS, sendo a mesma bastante diminuta para a maioria dos grupos societários. Somente 26% dos grupos com efectiva redução da taxa de IS iriam beneficiar de uma diminuição de mais de 10%, cf. tabela n.º 2 do Anexo IV;
- No que respeita ao impacto das alterações das taxas efectivas de tributação de IS sobre o nível do emprego, verifica-se que somente a França apresenta um aumento ao nível da variável Emprego (0,2%). Países como a Bélgica, a Estónia, a Grécia e a Espanha não sofrem qualquer impacto. Os remanescentes apresentam uma diminuição ao nível do emprego, com a Hungria, a Irlanda, a Letónia, Luxemburgo e Portugal a verificarem uma variação negativa de, pelo menos, 0,3%. *Vide* tabela n.º 3 e figura n.º 2 do Anexo IV;
- Estes resultados são similares quando analisado o impacto das alterações das taxas efectivas de tributação de IS sobre as variáveis económicas PIB e Resultados Antes de Impostos, com a França a apresentar os melhores resultados (0,4% e 0,2%, respectivamente) e Luxemburgo o oposto (-2,4% e -2,0%, respectivamente). *Vide* tabela n.º 3 e figura n.º 3 do Anexo IV;
- Com respeito ao IDE a situação altera-se por completo, sendo o impacto muito superior quando comparado com os outros indicadores. Esta situação deve-se, em grande medida, devido à alteração das taxas efectivas de tributação de IS sobre os novos investimentos (máquinas, equipamentos, edifícios, entre outros)⁵⁸. *Vide* tabela n.º 3 e figura n.º 4 do Anexo IV.

⁵⁸ A adopção do sistema MCCCIS terá influência nas taxas efectivas de IS sobre os novos investimentos. Mediante a aplicação do actual sistema de tributação, os novos investimentos serão sujeitos à taxa de IS estatutária empregue no EM onde o investimento foi realizado. No entanto, sob o sistema MCCCIS, a taxa de IS a aplicar sobre o novo investimento realizado em determinado EM, dependerá da taxa de IS estatutária aplicada em cada EM onde a investidora é sujeito passivo

2.2.4. União Europeia: Fórmula de repartição da MCCCIS

“Most authors, however, coincide that the main challenge is that consolidation, in particular the introduction of formula apportionment, introduces new means of tax planning.”

Horst, Bettendorf e Rojas-Romagosa (2007)

Tomando o raciocínio encetado no ponto 2.2.2., reforce-se o comentário de que a fórmula de repartição da MCCCIS constitui um tema essencial, na medida em que será sobre a quota-parte da matéria colectável repartida que os respectivos EM determinarão o montante de imposto a auferir. Veja-se a relevância desta questão em termos políticos, conforme nota a OCDE (2010): *«the transition to a global formulary apportionment systems therefore would present enormous political and administrative complexity (...)*». As receitas fiscais colhidas por cada EM poderão ser profundamente afectadas mediante aplicação do novo método de alocação do lucro tributável apurado no seio de um grupo societário. Contudo, tais receitas são peça fundamental no cumprimento do orçamento de cada EM. Veja-se que, face à actual crise financeira mundial o cumprimento de metas orçamentais estabelecidas pela UE torna-se ainda mais crítico.

O cálculo da matéria colectável consolidada com posterior alocação por cada EM com recurso a uma chave de repartição, apresenta-se como uma abordagem totalmente diferente ao método actualmente em vigor na UE. À presente data, os lucros das várias entidades de um grupo são calculados separadamente sob o princípio do preço de plena concorrência, conforme anteriormente referido. Todavia, o cálculo do lucro/prejuízo numa base individual sem que haja possibilidade de consolidação intra-grupo demonstra-se inadequado no seio do Mercado Único europeu, conforme refere Weiner (1999, op. citada Munnell, 2002). Além disso, nos últimos anos, a natureza das transacções intra-grupo tem sofrido consideráveis transformações. Exemplo disso é o facto de já não se restringirem somente às operações de carácter comercial, como sejam, as vendas e prestações de serviços, mas envolverem transacções mais complexas como é o caso da alienação de activos intangíveis. Torna-se assim complicado determinar não somente os limites territoriais onde são verdadeiramente gerados os lucros das várias entidades de um grupo societário, como também quantificar o respectivo valor das transacções (o *goodwill* gerado internamente é um bom exemplo disso). Acresce ainda

referir que, tratando-se de operações ocorridas no seio de um grupo, com características específicas inerentes à estrutura do mesmo, torna-se muitas vezes complicado obter informação sobre preços praticados em transacções similares celebradas entre entidades independentes. Além do mais, entenda-se que um dos motivos pelo qual uma determinada sociedade tende a entrar num grupo é o facto de poder, entre outras razões, beneficiar das sinergias que aí se gerem. Assim, é expectável que em algumas circunstâncias tais sinergias proporcionem a prática de preços intra-grupo divergentes dos praticados entre entidades não relacionadas, não sendo, no entanto, cometida qualquer infracção fiscal em sede de preços de transferência. Do *supra* exposto, entende-se que o actual método da contabilidade separada apresenta-se totalmente desfasado da realidade económica presente no seio da UE. Segundo especialistas americanos que participaram na reunião do Grupo de Trabalho MCCCIS de 10 e 11 de Dezembro de 2007, conforme refere Rodrigues (2010), os mesmos opinaram a favor da prevalência de uma fórmula de repartição aplicável à MCCCIS em detrimento ao método actualmente em vigor, confirmando que a UE terá de caminhar para uma economia integrada e unificada como acontece nos EUA, no Canadá ou nos Cantões Suíços. A este respeito *vide* o Anexo V, o qual encerra um breve resumo sobre as realidades americana e canadiana.

Em face do *supra* exposto, propõe o Conselho Europeu a aplicação de uma chave de repartição como método de alocação da MCCCIS entre os membros de um grupo. Conforme preceituado no número 1 do artigo 86.º da Proposta de Directiva, esta fórmula de repartição tenderá a ser constituída por três factores de igual ponderação – vendas (*sales*), mão-de-obra (*payroll*) e activos (*property*)⁵⁹:

$$\text{Quota-parte Empresa A} = \left[\frac{1}{3} \frac{\text{Vendas}^A}{\text{Vendas}_{\text{Grupo}}} + \frac{1}{3} \left(\frac{1}{2} \frac{\text{Salários}^A}{\text{Salários}_{\text{Grupo}}} + \frac{1}{2} \frac{\text{N.º Empregados}^A}{\text{N.º Empregados}_{\text{Grupo}}} \right) + \frac{1}{3} \frac{\text{Activos}^A}{\text{Activos}_{\text{Grupo}}} \right] * \text{MCCCIS}$$

Conforme refere o Grupo de Trabalho MCCCIS⁶⁰: «*The sharing mechanism itself is not the purpose of the comprehensive tax reform, but a necessary and unavoidable consequence of the consolidation*».

⁵⁹ Factores fundamentais na opinião da OCDE (2010): «*The formula would most likely be based on some combination of costs, assets, payroll, and sales*». Esta estrutura é muito conhecida como a Fórmula de Massachusetts, cf. Sørensen (2003) – inclusão dos factores *sales*, *payroll* e *property*, e todos com a mesma ponderação.

⁶⁰ Comissão Europeia (2007b), p. 17

Pretende o Conselho Europeu⁶¹ que esta chave de repartição seja: um mecanismo de aplicabilidade simples para os contribuintes como para as administrações fiscais competentes; que assente em factores com elevada aderência à realidade empresarial (evitando possíveis manipulações/deslocalizações dos factores); seja de repartição justa e equitativa (se aproxime o mais possível do imposto devido caso cálculo em termos individuais); e que não promova concorrência fiscal prejudicial entre os EM. Assim, é intenção do Conselho Europeu que a fórmula de repartição deva, acima de tudo, atender correctamente à localização dos factores que estabelecem a obtenção do rendimento tributável, devendo a quota-parte da MCCCIS resultante da aplicação da mesma aproximar-se, o mais possível, da base tributável que resultaria se apurada na esfera individual de cada entidade do grupo.

Acresce referir que, pese embora a fórmula de repartição a ser aprovada será, em princípio, a mesma em todos os EM da UE (os mesmos factores e a mesma ponderação), o Conselho Europeu previu uma cláusula de salvaguarda (artigo 87.º) como mecanismo de defesa a eventuais distorções na distribuição da MCCCIS.

Sublinhe-se que apesar deste método de repartição da base tributável já ter aplicação prática há alguns anos, como é o caso dos EUA, do Canadá e da Suíça, as opiniões dividem-se sobre a sua implementação (cf. Weiner (2002) e Santiago (2003)). É neste sentido que se começa por apresentar algumas ideias entretanto manifestadas pela OCDE (2010) sobre esta matéria, complementando-as com opiniões de outros autores.

Ainda que a distribuição da MCCCIS com recurso a uma fórmula de repartição, no actual contexto da UE, possa traduzir da melhor forma a realidade económica dos grupos de sociedades transfronteiras, reduzindo adicionalmente os custos de *compliance* incorridos no cumprimento das obrigações com preços de transferência, a OCDE (2010) não toma como certa tal asserção reiterando que a sua introdução (determinação dos factores a incluir e a respectiva ponderação) poderá acarretar prejuízos para alguns dos intervenientes. Neste sentido, esta Organização aponta para a dificuldade em chegar a um consenso, na medida em que cada EM irá tentar enfatizar os factores que são predominantes na sua jurisdição (objectivo: maximização da receita fiscal própria). É sob este argumento que a OCDE (2010) chama a atenção para o provável problema da transferência artificial dos factores utilizados na fórmula para jurisdições de tributação

⁶¹ Comissão Europeia (2007b), p. 17

reduzida, mediante, por exemplo, a localização deliberada dos activos “móveis” (activos fixos tangíveis, intangíveis e inventários), deslocalização ponderada da mão-de-obra, entre outros. Conforme citam Weiner (2002) e Sørensen (2003), esta questão foi desde cedo abordada por Gordon e Wilson⁶², os quais partilhavam a ideia de que complexos incentivos poderiam ser criados em virtude de um sistema de repartição, nomeadamente a realização de fusões transnacionais quando a fórmula de repartição compreende o factor “activos” (*property*), e a deslocalização das vendas para outro EM (*cross-hauling sales*) quando incluído o factor “vendas” (*sales*). Por sua vez, Weiner (2002) refere que, enquanto que a aplicação do método da contabilidade separada pode levar ao planeamento fiscal sobre a forma de manipulação dos preços de transferência mediante deslocação de lucros “artificiais”, o planeamento fiscal advindo da aplicação do método da fórmula de repartição poderá ocorrer através da manipulação da localização dos factores. Adicionalmente, Sørensen (2003, op. citada McLure, 1980) menciona que a aplicação do método de fórmula de repartição faz com que os IS nacionais se tornem essencialmente impostos sobre os factores aí incluídos, e como tal a deslocalização destes últimos dependerá da carga fiscal em cada EM. Refere ainda Giebels (2007, op. citada Mieszkowski and Morgan, 1984) que os EM que tiverem taxas de tributação de IS reduzidas irão “subsidiar” os factores incluídos na fórmula de repartição (i.e. haverá maior atracção dos factores para as jurisdições onde a carga fiscal seja menor). Paralelamente, Horst, Bettendorf e Rojas-Romagosa (2007) mencionam que a consolidação da matéria colectável com recurso à fórmula de repartição introduz novas formas planeamento fiscal, em virtude de possibilitar às empresas reduzir a taxa média de tributação de IS mediante a deslocação da sua actividade económica para jurisdições com carga fiscal reduzida. Referem ainda estes autores que esta situação estará directamente conexa com as diferenças entre as taxas nominais estatutárias dos vários EM.

Quanto à fórmula de repartição em si e aos factores nesta incluídos, a OCDE (2010) afirma que uma chave de repartição pré-estabelecida torna-se arbitrária e desconsidera as condições de mercado e as particularidades das empresas individuais, podendo causar uma repartição da matéria colectável desajustada à realidade empresarial e económica da respectiva transacção e das empresas enquanto entidades individuais. Mais especificamente, uma fórmula de repartição baseada na combinação dos factores custo,

⁶² Gordon and Wilson (1986), *An examination of multijurisdictional corporate income taxation under formula apportionment*, *Econometrica* 54, (6), 1357–1373

activos, massa salarial e vendas imputa, implicitamente, uma taxa de lucro fixa a cada um dos factores para todos os membros do grupo, desconsiderando o facto de que os riscos e as eficiências subjacentes a cada entidade podem ser distintos. Assim, a fórmula de repartição poderá ser considerada “cega”, na medida em que a mesma não terá a capacidade de reconhecer, por exemplo, as importantes diferenças geográficas existentes entre cada EM, de separar as eficiências das empresas individualmente, entre outros aspectos específicos de cada entidade, espaço geográfico e transacção, os quais teriam impacto evidente na repartição dos lucros tributáveis entre empresas do mesmo grupo fiscal. Veja-se a este respeito o referido por Santiago (2003): a eficiência do capital investido (capacidade de gerar lucro) tenderá a variar consoante a região geográfica onde o mesmo foi investido; a mão-de-obra poderá ter diferentes níveis de rentabilidade consoante o sector onde se insere num grupo transfronteiriço; e a margem das vendas dependerá dos riscos associados às respectivas transacções. Pese embora, da aplicação de uma fórmula de repartição deva resultar uma quota-parte da MCCCIS mais aproximada possível da base tributável que resultaria se a mesma fosse calculada individualmente, de acordo com o supra exposto, a inclusão de factores empresariais como as vendas, mão-de-obra e activos, poderá distorcer esta condição.

Acresce ainda referir que, ao ser atribuída a mesma ponderação aos factores incluídos na fórmula de repartição, reconhece-se que todos eles têm o mesmo contributo/ ou capacidade para gerar rendimento, o que poderá não aderir à realidade.

Um outro inconveniente dos factores a incluir na fórmula de repartição remete para o facto de que, pelo menos até à presente data não existe fundamento teórico que comprove que os lucros tributáveis estão directamente relacionados com os factores vendas, massa salarial e activos, sendo por tanto difícil demonstrar que a sua inclusão transformaria a chave de repartição numa ferramenta justa e equitativa de repartição da base tributável, conforme cita Giebels (2007, op. citada McLure, Jr., 2002). Outros factores de repartição foram propostos, embora ainda sem aplicação prática, conforme descrito no Anexo V.

Foi no seguimento de todas estas questões que, no passado mês de Abril de 2012⁶³, o Parlamento Europeu votou a favor de algumas alterações a efectuar à presente Proposta de Directiva, nomeadamente uma correcção ao factor vendas mediante a diminuição do seu peso na presente fórmula de repartição.

⁶³ Resolução legislativa do Parlamento Europeu, de 19 de abril de 2012, sobre uma proposta de directiva do Conselho relativa a uma matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades

No que respeita ao factor **vendas (sales)** entende a Comissão Europeia que as mesmas não devem ser valorizadas através das “vendas pela origem” (onde são fabricada ou adquiridas), mas sim através das “Vendas por Destino” (considerando-se o destino dessas vendas e dos serviços segundo as regras do IVA), também por forma de evitar a elisão/evasão fiscal. Conforme descrito no final da redacção do número 2 do artigo 95.º excluem-se da composição do factor vendas, as vendas de bens e as prestações de serviços intra-grupo, solucionando o problema dos preços de transferência.

Quanto ao factor **mão-de-obra (payroll)** note-se antes de mais que o Conselho propôs o somatório entre os salários e o número de empregados no sentido de corrigir eventuais situações como por exemplo empresas que embora tenham um quadro de pessoal reduzido, apresentam gastos com verbas remuneratórias elevadíssimas (caso de empresas constituídas, maioritariamente, por cargos de topo como sejam a gerência e administração do grupo).

Sem entrar em linha de conta com a possível estrutura do quadro de pessoal, é de referir os gastos inerentes à mão-de-obra tendem a ser bastante diferentes consoante o EM em que os mesmos são apurados. Esta situação deve-se ao simples facto do preço da mão-de-obra variar de EM para EM (tendencialmente mais barata na Europa do Leste). Desta forma, a inclusão deste factor poderá trazer, à luz de algumas opiniões, algumas ineficiências à fórmula de repartição da MCCCIS no sentido em que o gasto apurado poderá não corresponder efectivamente com o nível de actividade desempenhado pela empresa em determinado EM. Esta situação tem tendência a ser harmonizada uma vez que a fórmula também incorpora o fator número de empregados.

Outra análise relevante sobre este factor é a questão da (não) inclusão dos encargos com a subcontratação. Alguns autores comentam, nomeadamente Santiago (2003), a fórmula de repartição poderá ser incorrectamente influenciada pelo facto de determinadas empresas do grupo manterem o seu quadro de pessoal ao contrário de outras que procederão à subcontratação de pessoal. Compreende-se que estas opiniões vêm um pouco à figura do que se passa nos EUA onde os pagamentos efectuados aos prestadores de serviços externos à empresa não deverão ser incluídos na definição *payroll*. Note-se no entanto que na presente Proposta de Directiva está previsto, no número 3 do artigo 91.º, a obrigação de inclusão de encargos com «(...) pessoas que, apesar de não serem empregadas directamente por um membro do grupo, efectuem tarefas semelhantes às prestadas pelos seus empregados.»

Por último, no que se refere ao factor **activos (*property*)** a discussão gira em torno da não inclusão dos gastos com activos intangíveis e inventários. De acordo com a Comissão Europeia, este afastamento dá-se porque, quer os activos incorpóreos, quer os inventários, são activos de fácil deslocalização, pelo que a sua integração na fórmula de repartição representaria um elevado risco à manipulação/planeamento fiscal, conforme refere Rodrigues (2010). Sugere ainda o Grupo de Trabalho MCCCIS (2007b) que as razões pelas quais foi sugerida a exclusão dos activos intangíveis devem-se essencialmente ao facto de, para além da facilidade de desmobilização, em muitas ocasiões a mensuração de tais activos apresentar-se de extrema dificuldade, especialmente no caso de activos intangíveis gerados internamente e permanecer a incerteza quanto ao local de produção/utilização dos mesmos, nomeadamente porque por vezes são criados no seio do grupo e não só por uma das entidades (caso das marcas). Gielbes (2007) partilha a mesma opinião, afirmando que a razão pela qual os activos intangíveis não deverão ser incluídos no factor activos se deve, em grande medida, à dificuldade de mensurar dos próprios. Não obstante o referido sobre a não inclusão dos activos intangíveis, membros do Grupo de Trabalho MCCCIS (2007b) argumentam que estes activos poderão estar indirectamente incluídos na fórmula de repartição, quando referentes a activos gerados internamente, mediante os gastos reconhecidos com o pessoal conexo às áreas de investigação e desenvolvimento (factor mão-de-obra). Sem prejuízo do *supra* exposto, a presente Proposta de Directiva preconiza na redacção do número 2 do artigo 92.º a possibilidade de inclusão dos encargos com activos intangíveis nos cinco anos a seguir à entrada para o grupo, e desde que referentes aos seis anos anteriores à referida entrada.

É no seguimento do *supra* referido que, no Capítulo que se inicia de imediato, se prestará uma contribuição prática mediante a confrontação desta problemática através da análise de um caso empírico concreto (*case study*).

CAPÍTULO III – CASE STUDY

Em conformidade com o previamente mencionado, o propósito de incluir este Capítulo é o de prestar contribuição prática sobre o impacto da adopção do sistema MCCCIS (cf. Proposta de Directiva de 16 de Março de 2011) ao nível dos EM envolvidos na consolidação. Desta forma, o *case study* que se apresenta embora sirva de estudo a uma questão contemporânea, focar-se-á em factos concretos na medida em que a informação utilizada remete para um caso presente no contexto real. Contudo, os respectivos dados de suporte foram recolhidos no âmbito profissional, pelo que, devido a questões de confidencialidade e de sigilo, algumas informações quantitativa e qualitativa tiveram que ser alteradas. Note-se porém que, tais alterações apenas têm o intento de mudar a forma do caso em análise, e não a sua substância, afastando a viciação das conclusões a tirar da sua aplicação prática.

3.1. Breve enquadramento sectorial e do Grupo

Com uma posição de grande relevo no sector da indústria alimentar, o Grupo Alfa é presentemente um dos líderes do mercado doméstico e internacional na comercialização de lacticínios, com especial incidência no mercado europeu (aproximadamente 63% das vendas do grupo são dirigidas para a UE). Em termos financeiros o volume de negócios anual do Grupo é de aproximadamente 1.120 milhões de Euros, para o qual participam 2.200 colaboradores. As raízes societárias deste grupo remontam a Portugal, local onde foi instalada a primeira empresa. Ao longo dos tempos, e em resultado do crescente desenvolvimento económico, foi surgindo a necessidade de aproveitar as oportunidades presentes noutros mercados transfronteiros com o intuito de manter o nível de crescimento, rentabilidade e sustentabilidade financeira do grupo. Actualmente é constituído por 60 subsidiárias das quais 22 têm residência fiscal nos seguintes EM: Portugal, Espanha, Holanda, Alemanha, Finlândia, Polónia, França, Reino Unido, Itália e Bélgica.

Relativamente ao seu sector de negócio, e de acordo com um estudo levado a cabo pela consultora Deloitte e pela Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares⁶⁴, desde 2006 a 2011 as exportações da Indústria Agro-Alimentar nacional (sector de mercado do *core business* do Grupo Alfa) registaram um crescimento médio percentual duas vezes superior ao das importações (aumento de 16% das exportações desde 2008, face ao crescimento de 4% das importações). Porém, quando este sector é comparado com os congéneres europeus, o referido estudo menciona que, o volume de negócio *per capita* da indústria Agro-Alimentar nacional encontra-se cerca de 43% abaixo da média, e que a margem do EBITDA⁶⁵ é bastante reduzida (5,8% em 2008), muito por causa dos elevados custos operacionais que esta indústria enfrenta, os quais em 2008 representam cerca de 94,2% do total de facturação face à média de 90% das suas homólogas europeias.

3.2. Aplicação do regime MCCCIS

3.2.1. Pressupostos, metodologia e limitações de análise

A redacção da Proposta de Directiva do Conselho Europeu foi a base de elaboração deste *case study*. Adicionalmente, e enquanto fontes de informação para os cálculos que a seguir se apresentam foram utilizadas, essencialmente, as demonstrações financeiras auditadas (incluindo as contas individuais e consolidadas), as declarações fiscais de cada entidade do Grupo e respectivos documentos de apoio à sua elaboração (contendo os principais ajustamentos), a informação de suporte necessária à quantificação dos factores vendas (detalhadas por destino), activos fixos, número de colaboradores e respectivos encargos salariais, documentação de preços de transferência, entre outros de menor relevância.

Sublinhe-se que na data de elaboração deste projecto, e face às numerosas alterações com a introdução do regime MCCCIS, poder-se-á afirmar que poucos serão os grupos económicos transfronteiros, com sede em Portugal, que conseguirão aplicar em pleno as regras fiscais propostas pela Directiva às demonstrações financeira das suas sociedades, como resposta eficaz ao apuramento de bases tributáveis comuns e à sua

⁶⁴ Enquadramento macroeconómico da indústria Agro-Alimentar em Portugal, 2012

⁶⁵ *Earnings before interest, taxes, depreciation, and amortization*

posterior alocação a cada EM. É sob este paradigma que alguns pressupostos tiveram que ser tomados para a realização do presente *case study*, a saber:

- Toda a informação reporta-se ao exercício fiscal de 2011;
- Assume-se que o regime MCCCIS será aplicado em todos os EM da UE, onde o Grupo Alfa opera;
- Somente entram para o cálculo da matéria colectável comum as sociedades controladas e detidas em pelo menos 50% e 75%, respectivamente;
- Na medida em que trabalho é, de certo modo, inovador para o Grupo Alfa, algumas foram as dificuldades sentidas no momento da conversão das demonstrações financeiras individuais com base nas regras fiscais para o cálculo da MCCCIS, como seja, por exemplo, o cálculo das depreciações de activos, pelo que tais ajustamentos não foram incorporados na presente análise;
- À base tributável foram retiradas as transacções intra-grupo;
- Em face da limitação dos prejuízos fiscais gerados em exercícios anteriores à aplicação do regime MCCCIS, apenas poderem ser deduzidos aos lucros tributáveis das sociedades que os geraram, e não à base tributável comum do grupo. Uma vez que as sociedades que apresentavam prejuízos fiscais acumulados antes da aplicação do regime MCCCIS ainda se encontram numa posição de apuramento de prejuízo em 2011, então os primeiros não foram considerados nos cálculos que se apresentam;
- Para a repartição da matéria colectável consolidada foram utilizados os factores vendas por destino, activos e trabalho. Quanto ao primeiro, as vendas de bens e as prestações de serviços foram afectas às sociedades situadas nos EM para os quais tenham sido enviados ou transportados os bens destinados ao adquirente, e/ou onde tenham ocorrido as prestações efectivas dos serviços. É ainda de referir que, quando as vendas e/ou os serviços prestados não se localizam em nenhum EM de residência do Grupo (as designadas *nowhere sales*), as mesmas foram incluídas em todas as sociedades do Grupo proporcionalmente aos factores trabalho e activos (método *spread throw back*). Quanto ao factor activos, não foram incluídos os inventários, activos intangíveis, activos financeiros e activos circulantes. Os activos foram alocados aos EM onde são efectivamente utilizados. Por fim, no que respeita ao factor trabalho o mesmo é constituído pelo número de colaboradores e respectivos salários;

- A carga fiscal é calculada, para cada EM, com base nas taxas de IS desse mesmo Estado (sobre a quota-parte da matéria colectável comum);
- A carga fiscal estimada não considera possíveis benefícios/créditos fiscais aplicados nos em cada EM;
- O carácter estático da presente estimativa não permite reflectir possíveis alterações na estrutura do Grupo Alfa em sede de planeamento fiscal, que possam ter impacto no montante de imposto final a pagar.

Note-se que, dadas as limitações técnicas acima mencionadas, a estimativa de MCCCIS foi baseada nos ajustamentos calculados de acordo com as regras fiscais nacionais, ascendendo assim ao montante de 107 milhões de Euros. Note-se porém que no cálculo das matérias colectáveis foram desconsideradas as transacções intra-grupo, conforme menciona o artigo 59.º da Proposta de Directiva. Sublinhe-se que em termos consolidados o resultado desta eliminação é nulo devido ao seu efeito correlativo, i.e., no caso de uma venda intra-grupo o respectivo rédito é deduzido no EM vendedor e acrescido no EM adquirente na mesma medida. Pese embora esta operação não tenha relevância ao nível do cálculo da matéria colectável, tem especial importância no cálculo da fórmula de repartição, uma vez que o factor vendas terá que ser líquido de operações intra-grupo. Como consequência, o peso total dos factores diminuirá para os EM (destino das vendas) que sofrerem tal ajustamento, e consequentemente a matéria colectável a importar (menor carga fiscal para a sociedade residente, menor receita fiscal para o respectivo EM).

3.2.2. Perímetro de consolidação

De acordo com a redacção da Proposta de Directiva do Conselho Europeu, e em conformidade com os critérios de elegibilidade enunciados no corpo do Anexo 1, o perímetro de consolidação do Grupo Alfa, para efeitos da aplicação do sistema MCCCIS, é constituído por 32 sociedades, das quais 21 são residentes em território nacional, e 11 são residentes noutros EM. Para maiores desenvolvimentos *vide* Anexo VI.

3.2.3. Impacto da adopção do regime MCCCIS no Grupo Alfa

A presente análise teve como principal objectivo estabelecer um comparativo entre o ónus fiscal suportado pelo Grupo Alfa mediante aplicação das actuais regras fiscais vigentes nos EM de residência, e o encargo tributário estimado pela aplicação do regime MCCCIS.

Tendo em conta todos os pressupostos *supra* mencionados, o estudo efectuado demonstrou que a carga fiscal consolidada do Grupo Alfa, com referência ao período de tributação de 2010, diminuiria substancialmente com a adopção do regime MCCCIS (*vide* para o efeito os Anexos VII, VIII e IX). Em termos absolutos diminuiria aproximadamente 8.442 milhões de Euros, o que representa em termos percentuais sensivelmente 30% de variação negativa da carga total de imposto suportada. Veja-se no entanto que esta conclusão não é de todo constante, quando analisada numa perspectiva individual (por EM). Assim, e conforme se verifica no gráfico *infra*, a variação negativa apenas se efectiva em Portugal (diminuição da carga de IS, em aproximadamente 45%). Nos outros EM o aumento da carga fiscal foi exponencial (na maioria dos casos mais de 100%). Um caso a referir é o da Polónia, no qual, mediante a aplicação do regime fiscal vigente não haveria lugar a pagamento de IS, ao passo que por aplicação do MCCCIS seria havido um montante de aproximadamente 178 mil Euros.

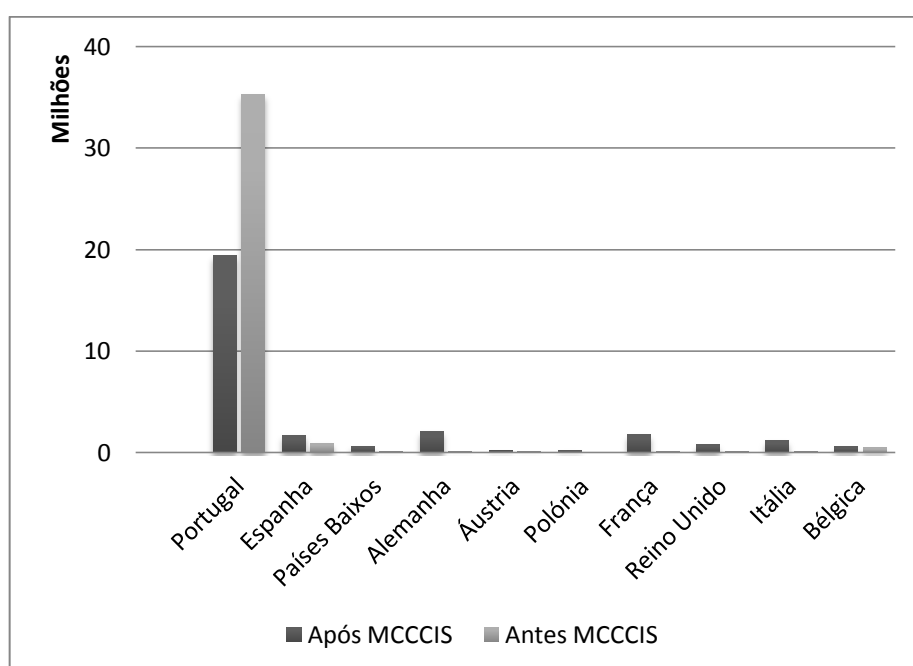


Figura 3.2 – Carga fiscal Grupo Alfa, por EM, antes e após aplicação do MCCCIS

Fonte: própria com base em informação confidencial

A flutuação da carga tributária está directamente relacionada com o método utilizado na segregação da MCCCIS – a fórmula de repartição. A sua aplicação incrementa automaticamente a base tributável imputada a cada EM (de acordo com a análise efectuada, apenas no caso de Portugal ocorreria uma diminuição da mesma, em cerca de 24%). Sublinhe-se que, pese embora em termos consolidados a base tributável seja igual antes e depois da aplicação do regime MCCCIS, devido, como já referido, à dificuldade técnica em aplicar todas as regras fiscais propostas na Directiva às demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo Alfa, quando analisado ao nível de cada EM a realidade é outra (quota-parte da MCCCIS atribuída a cada EM). Desta forma, e conforme mencionado na secção 2.2.4. da presente dissertação, depreende-se que o recurso a uma chave de repartição baseada em factores empresariais, como sejam as vendas, activos e salários, terá tendência, em termos genéricos, a redistribuir de forma ineficaz a MCCCIS, uma vez que deixar-se-á de ter em atenção a capacidade que cada entidade tem para gerar lucro (entenda-se lucro tributável), para atrair à tributação rendimentos repartidos com base em factores que poderão não reflectir, em determinados casos, a realidade económico-financeira subjacente à empresa. Refira-se que por aplicação dos actuais regimes fiscais nacionais, Portugal seria o EM com maior carga tributária ao nível do Grupo Alfa uma vez que a maior parte das subsidiárias, geradoras da principal receita do grupo, se localizam neste Estado. No entanto, e conforme é visível no Anexo VIII, mediante aplicação da fórmula de repartição, a quota-parte de MCCCIS atribuível a cada EM é repartida de forma diferente (maior disseminação por cada EM envolvido).

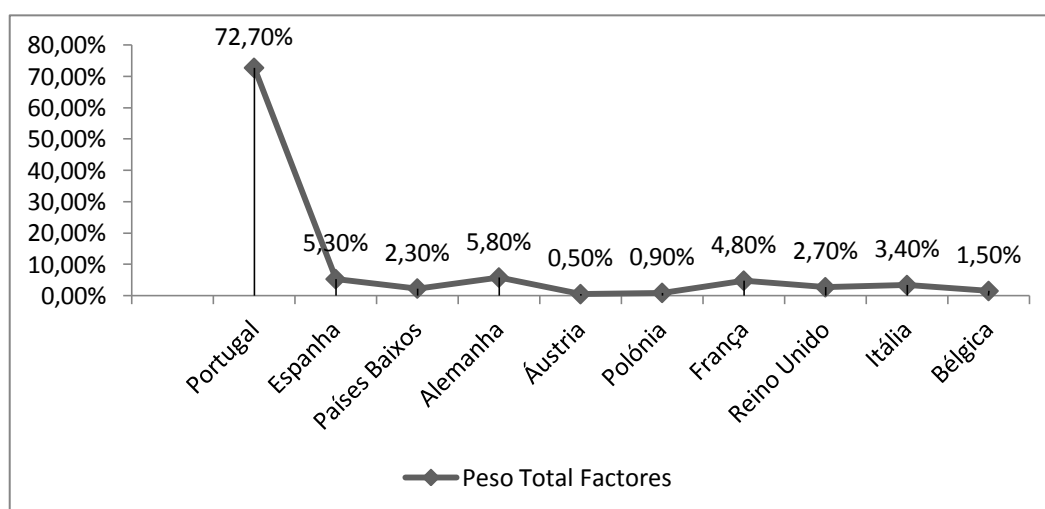


Figura 3.1 – Ponderação agregada dos factores de repartição, por EM

Fonte: própria com base em informação confidencial

A figura acima apresentada demonstra que o peso total dos factores com referência a Portugal, se apresenta bastante superior quando comparado com os restantes EM. Este cenário deve-se, em grande medida, e conforme *supra* mencionado, ao facto de grande parte da produção e comercialização dos produtos do Grupo Alfa efectuar-se a partir de Portugal, atraindo maior volume de negócio, activos e colaboradores ao mesmo. No entanto, e pese embora o peso total dos factores de repartição se verifiquem superiores no caso de Portugal, esta situação não é prejudicial pois consegue afastar deste EM carga fiscal que, por tributação da base tributável pelas regras actuais, não seria de todo possível. Nesta situação em específico, Portugal é um caso exemplar de afirmação que a aplicação do MCCCIS poderia trazer substanciais vantagens no que respeita ao nível da carga fiscal a suportar.

Em face do exposto, é possível reforçar a ideia transmitida no Capítulo anterior de que a aplicação do regime MCCCIS com recurso à fórmula de repartição poderá trazer pouca eficiência na distribuição da MCCCIS pelos vários EM, o que influenciará, inevitavelmente as decisões de investimento no que respeita à sua localização e estrutura. No caso em análise, uma possível reestruturação empresarial, localizando o factor vendas num EM com menor taxa de tributação (sem descurar, claro está, possíveis benefícios/créditos fiscais nacionais), poderia diminuir de forma significativa a carga fiscal suportada pelo Grupo Alfa. Embora seja conclusivo que, mediante as actuais circunstâncias (sem esquecer as limitações citadas anteriormente), seria benéfico a implementação do regime MCCCIS no seio do Grupo Alfa, acresce ainda referir que os prejuízos fiscais acumulados não estão a ser deduzidos aos lucros tributáveis das respectivas subsidiárias, e que possíveis créditos fiscais propiciados por cada EM não estão a ser tidos em conta na presente análise, factores que possivelmente fariam diminuir de forma acentuada a carga fiscal total do Grupo Alfa.

3.3. Linhas de investigação futura

Esta dissertação para além do contributo teórico e prático que pretende introduzir, na medida em que aborda matérias até ao momento pouco, ou nada, exploradas no meio académico, ambiciona de igual forma despoletar o interesse no desenvolvimento de trabalhos futuros complementares à presente análise, que como qualquer primeiro

trabalho pioneiro, se demonstra arcaico ao fim de algum tempo. Além do mais, até que a presente Proposta de Directiva seja finalmente aprovada, se alguma vez o for, muitos estudos económicos terão que ser desenvolvidos principalmente no âmbito da fórmula de repartição, pelos motivos e circunstâncias anteriormente apresentados. Cite-se que recentemente, 19 de Abril de 2012, houve desenvolvimentos nesta matéria. O Parlamento Europeu propôs, na sua Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, algumas alterações à Proposta de Directiva nomeadamente no que respeita à ponderação dos factores vendas, activos e salários presentes na fórmula de repartição. Assim, sugere o Parlamento que deixe de ser aplicado a mesma ponderação para cada um dos três factores (33,33%) para passar a ser empregue 10% (vendas) e 45% (nos restantes).

É neste sentido que é proposto como trabalho futuro, um estudo (econométrico) mais aprofundado em matéria da fórmula de repartição, nomeadamente:

- a. estudar a possibilidade de introdução de outros factores de repartição, eventualmente por sector de actividade (industrial, comercial, financeiro, etc.);
- b. estabelecer uma ponderação “ideal” para cada um dos factores; e,
- c. determinar o impacto económico da sua aplicação numa amostra representativa.

CAPÍTULO IV – CONCLUSÕES

Desde os primeiros passos daquela que é hoje a União Europeia, que é prosseguido o objectivo de se implementar, em pleno, a figura do Mercado Único. Embora esta condição já tenha sido conseguida, de forma eficaz, ao nível da integração económica, financeira, e em menor escala ao nível monetário, com a criação do Euro, poucos foram os avanços em matéria de harmonização fiscal comunitária do IS. Embora a Comissão tenha tido um papel fundamental neste sentido, nomeadamente com a publicação de diversos pareceres, relatórios e comunicações, as suas ideias nunca foram totalmente acolhidas no seio da UE. Esta conjuntura acarreta elevadas desvantagens para os grupos empresariais transfronteiros, nomeadamente em matéria de custos de cumprimentos das diferentes legislações nacionais, incluindo a referente à documentação de preços de transferência, limitação de prejuízos fiscais, penalizações em sede de dupla tributação internacional, entre outras. Os maiores sucessos nesta matéria foram, até hoje, a aprovação e publicação da Convenção Modelo da OCDE, as várias Directivas fiscais e os acordos para evitar a dupla tributação, entre outros de menor importância. No entanto, até estes “pequenos” sucessos em matéria de harmonização fiscal do IS já se vão tornando obsoletos quando é necessário dar resposta a novas situações.

É neste sentido que, no período transacto e após vários anos de estudo e análise, foi publicada a Proposta de Directiva relativa a uma MCCCIS, a qual pretende, entre outras finalidades, eliminar as barreiras fiscais à plena implementação do Mercado Único. Sem prejuízo do *supra* exposto, e embora o regime MCCCIS seja de longe um dos projectos mais ambiciosos da UE em matéria de harmonização fiscal do IS, como qualquer nova medida, esta solução transporta algumas desvantagens que poderão ser suficientes para que a sua aprovação nunca venha a ser determinada, conforme a opinião de alguns críticos. Embora tecnicamente, esta medida se apresente delicada, o factor juízo político será decisivo no momento de aprovação desta medida. Razão disso será o facto de que nenhum EM, em condições normais, quer perder a soberania e muito menos diminuir as suas receitas fiscais tão essenciais à manutenção dos seus orçamentos. Neste sentido, veja-se que os recentes estudos económicos demonstram que a implementação do regime MCCCIS poderá não ser benéfica para todos os EM.

Um dos aspectos apontado como uma das principais ineficiências do regime em análise é fórmula de repartição da MCCCIS. Embora o corrente sistema do princípio da plena concorrência não se enquadre em pleno com a actual conjuntura dos grupos económicos, é sabido que o recurso à fórmula de repartição na segregação da MCCCIS pelos vários EM, poderá trazer algumas perdas de ineficiência fiscal (com maior incidência em determinadas empresas, e consequentemente nos respectivos EM de residência). Uma das razões é a utilização de ponderadores empresariais que poderão não ter a capacidade de reflectir de forma equitativa a base tributável a imputar a cada EM. Esta ineficiência poderá atrair maior carga fiscal para determinados EM, o que influenciará, consequentemente e de forma negativa, as decisões de investimento, com consequência directas nas receitas dos respectivos EM. O *case study* é um exemplo da amplitude de efeitos que a aplicação da fórmula de repartição poderá ter. Embora, no seu todo, a carga fiscal consolidada para o período de tributação em análise tenha diminuído com a aplicação do regime MCCCIS (ao invés da utilização dos actuais regimes fiscais nacionais), determinadas subsidiárias vêem a sua estimativa de IS aumentar substancialmente. Embora numa primeira instância, e numa perspectiva do EM respectivo, esta condição signifique aumento de receitas fiscais, poderá ter consequências colaterais como é caso da deslocalização de factores para EM com menor carga fiscal (mediante reestruturação empresarial).

Veja-se ainda que, nas actuais condições, *ceteris paribus*, seria benéfico para o Grupo Alfa reconsiderar, caso a Directiva venha a ser aprovada e publicada, a aplicação do regime MCCCIS, em detrimento dos actuais regimes fiscais (caso todos os EM onde este se encontre adoptem este regime de tributação).

Note-se que o presente *case study* serve, principalmente, para consolidar os aspectos abordados em matéria de MCCCIS, nomeadamente as implicações da fórmula de repartição tal qual está proposta, não devendo ser, por isso, alvo de extrapolação para outros casos, ainda que semelhantes, pois nesta matéria cada caso é um caso. É neste sentido que o presente trabalho se apresenta, acima de tudo, como ponto de partida para outros sobre a mesma temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Assembleia da República – Comissão de Assuntos Europeus (2011), *Parecer sobre COM(2011) 121*, 18 de Abril de 2011, Lisboa

Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Códigos Tributários - Edição Universitária 2012, 4.^a Ed., Edições Almedina, Coimbra

Comissão Europeia (2001), *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social Europeu – Para um mercado interno sem obstáculos fiscais – Estratégia destinada a proporcionar às empresas uma matéria colectável consolidada do imposto sobre as sociedades para as suas actividades a nível da UE*, COM(2001) 582 Final, Bruxelas

Comissão Europeia (2001b), *Company Taxation in the Internal Market*, Commission Staff Working Paper, SEC(2001) 1681, Bruxelas

Comissão Europeia (2003), *Comunicação da Comissão ao Conselho, o Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social Europeu – Um Mercado Interno sem obstáculos em matéria de fiscalidade das empresas – realizações, iniciativas em cursos e desafios a ultrapassar*, COM(2003) 726 Final, Bruxelas

Comissão Europeia (2003), *Comunicação da Comissão ao Conselho, o Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social Europeu – Tributação dos dividendos das pessoas singulares no mercado interno*, COM(2003) 810 Final, Bruxelas

Comissão Europeia (2004), *European Tax Survey*, Taxation Papers, Working paper nº3, October 2004

Comissão Europeia (2005), *Comunicação da Comissão ao Conselho, o Parlamento Europeu e ao Comité Económico e Social Europeu – Luta contra os obstáculos causados pelo imposto sobre as sociedades que afectam as pequenas e médias empresas no mercado interno – descrição de um eventual regime-piloto de tributação de acordo com as regras do Estado de residência*, COM(2005) 702 Final, Bruxelas

Comissão Europeia (2006), *CCCTB WG: Related parties in CCCTB*, CCCTB\WP\041\doc\en, Bruxelas, 5 December de 2006

Comissão Europeia (2007), *CCCTB WG – CCCTB: possible elements of a technical outline*, CCCTB\WP057\doc\en, Bruxelas, 26 July 2007

Comissão Europeia (2007b), *CCCTB WG – CCCTB: possible elements of the sharing mechanism*, CCCTB\WP060\doc\en, Bruxelas, 13 November 2007

Comissão Europeia (2006b), *O tratamento fiscal dos prejuízos num contexto transfronteiras*, COM(2006) 824 final, 19 de Dezembro de 2006

Comissão Europeia (2006c), *Tax Treatment of Losses in Cross-Border Situations – Technical Annexes*, SEC(2006) 1690

Comité Económico e Social Europeu (2006), *Uma base de incidência comum consolidada para a tributação das sociedades na UE*, 2006/C 88/12, de 11 de Abril

DG ECFIN European Commission, *Mergers & Acquisitions Note by Klaus Regling, Director General*, N.º 1 October 2004

DOURADO, Ana Paula (1998). *Princípios de Direito Tributário Internacional*. Disponibilizado em http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/PrincDTI.pdf (11.08.2012)

Ernst & Young (2011). *EU Tax alert: European Commission publishes final Common Consolidated Corporate Tax Base (CCCTB) proposals*, Issue 164, March 2011

Ernst & Young LLP (2011). *Common Consolidated Corporate Tax Base: A study on the impact of the Common Consolidated Corporate Tax Base proposals on European business taxpayers*. January 2011

Ernst & Young (2011). *Study on the Economic and Budgetary Impact of the Introduction of a Common Consolidated Corporate Tax Base in the European Union*. January 2011

Ernst & Young (2012). *The 2012 Worldwide Corporate Tax Guide*

European Commission (2011), *Proposal for a COUNCIL DIRECTIVE on a Common Consolidated Tax Base (CCCTB)*, COM(2011) 121 Final – 2011/0058 (CNS), Bruxelas

FERNANDES, Eduardo (200?). A Concorrência Fiscal Internacional. *Proelium (Revista da Academia Militar)* N.º 13, pp. 301-304

GARCIA, Nuno de Oliveira (2012). Tributação pelo lucro consolidado (Comentário ao acórdão n.º 02112 do Supremo Tribunal Administrativo (2.ª secção) de 29 de fevereiro de 2012 – Relator: Fernanda Maças). *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano 5, n.º 1 – Primavera, Julho 2012, pp. 255-264

GIANNINI, Silvia (2002). Home State Taxation vs. Common Base Taxation: roundtable discussion on the European Commission's study on company taxation. *CESifo Forum*, Vol. 3, issue 1, April 2002, pp. 24-30

GIEBELS, R.G.M. (2007). *Some complications of the Common Consolidated Tax Base*. Trabalho de Fim de Curso. Faculty of Economics and Business Administration. Universiteit Maastricht

HASKIC, Nerissa (2009). The Arm's Length Principle and the CCCTB: Solutions to transfer pricing issues for individual countries and the European Union? *Revenue Law Journal*, Volume 19, Issue 1, Article 6, January 2009

HORST, Albert van der; BETTENDORF, Leon; ROJAS-ROMAGOSA, Hugo (2007). *Will corporate tax consolidation improve efficiency in the UE?*. CPB Netherlands Bureau for Economics Policy Analysis.

Disponibilizado em <http://www.cpb.nl/en/publication/will-corporate-tax-consolidation-improve-efficiency-eu> (22.08.2012)

LODIN, Sven-Olof; Gammie, Malcolm (2001). *Excerpt from "Home State Taxation*, IBFD Publications, Amesterdão

MALHEIRO, Maria Manuela Alves (2007). Tributação Especial dos Grupos de Sociedades. In: Autores vários, *Temas de Contabilidade, Fiscalidade, Auditoria e Direito das Sociedades*, Braga: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC, pp. 67-80

MARTINS, Ana Margarida Freire (2009). *A Importância da Cooperação Administrativa na Harmonização Fiscal Europeia*. Trabalho de Fim de Curso. Universidade Aberta

MINA, Maria de La Salette Moreira Fernandes (2008). *Harmonização Fiscal da Tributação Directa na União Europeia e os Preços de Transferência*. Trabalho de Fim de Curso. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

MINTZ, Jack M. (2002). Company Taxation and The Internal Market – European Company Tax Reform: Prospects for the future. *CESifo Forum*, Vol. 3, April 2002, issue 1, pp. 3-9

NABAIS, José Casalta (2005). *A Soberania Fiscal no Actual Quadro de Internacionalização, Integração e Globalização Económicas*. Estudos de Direito Fiscal – Por um Estado Fiscal Suportável, Coimbra, Almedina

OCDE (2010). *OECD Transfer Pricing Guidelines for Multinational Enterprises and Tax Administrations*. 22 July 2010

Parlamento Europeu (2008). *Resolução do Parlamento Europeu, de 15 de Janeiro de 2008, sobre o tratamento fiscal dos prejuízos num contexto transfronteiras*, (2007/1244/INI)

PEIXOTO, Andrea Maria Fonseca da Venda Teixeira (2007). *A Tributação das Sociedades na União Europeia*. Trabalho de Fim de Curso. Faculdade de Direito da Universidade do Porto

POMP, Richard; LUCAS MAS, Mayra O. (2007). *LA TRIBUTACIÓN MULTIESTATAL DE SOCIEDADES EN ESTADOS UNIDOS (Una introducción al modelo de articulación entre sistemas tributarios estatales del mercado norteamericano)*

PEREIRA, M. H. Freitas (2007). *Fiscalidade*. 2.^a Ed., Edições Almedina, pp. 401-402

RAPOSO, Maria Emília (2005). A Harmonização Tributária na União Tributária. Origem, Conceito e Delimitação. *Anuario de la Facultad de Derecho (Universidad de Extremadura)* vol. XXIII, pp. 463-476

ROCHA, Luís Miguel Rodrigues Miranda da (2006). *A harmonização comunitária do imposto sobre as sociedades: realizações e perspectivas*. Trabalho de Fim de Curso. Faculdade de Economia da Universidade do Porto

ROCHA, Tânia Alexandra Pires (2009). *Impactos da Aplicação do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho. As Potenciais Implicações em Matéria de Tributação Directa: O Caso da República da Irlanda*. Trabalho de Fim de Curso. Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

RODRIGUES, Carlos Augusto (2010). *A Tributação das Empresas Associadas – Das soluções do MCOCDE às Novas Propostas da UE*. Tese de Doutoramento. Departamento de Direito Público Especial da Faculdade de Direito da Universidade de Santiago de Compostela

RODRÍGUEZ, Elena Fernández; GARCÍA, Santiago Álvarez (2002). *Evolución de la Armonización Comunitaria del Impuesto sobre Sociedades en Materia Contable Y Fiscal*

ROMERO, Ana Cid-Harguindey; González, Begoña García-Rozado (2006). *La Base Imponible Común Consolidada: un proyecto de futuro en la Unión Europea*. Trabalho apresentado no VI Curso de Alta Especialización en Fiscalidad Internacional. Escuela de la Hacienda Pública del Instituto de Estudios Fiscales

SANTIAGO, Bruno Vinga (2003). O Futuro da Tributação Directa dos grupos de Sociedades na União Europeia. *Fiscalidade*, n.º 16, Outubro 2003, pp. 93-131

SANTOS, António Carlos dos (2008). Sobre o imposto europeu. *Revista TOC*, n.º 99, Junho 2008, pp. 24-30

SCHNEIDER, Robert (2006). *Group Taxation Regime: A Landmark Model*. Derivatives and financial instruments (*IBDF publication*), Amsterdam – Vol. 8, n.º 3, pp.118-128

SILVA, Nuno Dias da (2008). A Contabilidade contribui para a construção de um mercado único. *Revista TOC*, n.º 100, Ano IX, Julho de 2008, pp. 6-11

SORENSEN, Peter Birch (2003). *Company Tax Reform in the European Union*. Economic Policy Research Unit – Institute of Economics – University of Copenhagen. June 2003

SPENGEL, Christoph; WENDT, Carsten (2007). *A Common Consolidated Corporate Tax Base for Multinational Companies in the European Union: Some Issues and*

Options. Oxford University Centre for Business Taxation. WP 07/17, Mannheim, June 19th 2007

Study for the European Commission (colaboração conjunta de CPB Netherlands for Economic Policy Analysis e de Oxford University Centre for Business Taxation). “*The economic effects of EU-reforms in corporate income tax systems*”. Outubro de 2009

TAVARES, Mónica Sofia Ferreira (2011). *Concorrência e Evasão Fiscal Internacional*. Trabalho de Fim de Curso. Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Tratado que institui a Comunidade Europeia (versão compilada). *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, 2002/C 325, pp. 33-148

Tratado da União Europeia (versão compilada). *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, 2002/C 325, pp. 5-32

Tratado de Lisboa que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, 2007/C 306/01

WEINER, Joann M. (1999). *Using the Experience in the U.S. States to Evaluate Issues in Implementing Formula Apportionment at the International level*. OTA Paper 83. April 1999

WEINER, Joann M. (2002). *Introducing Formula Apportionment in the European Union Be a Dream Come True or the EU's Worst Nightmare?* ifo Studien. Zeitschrift für empirische Wirtschaftsforschung. Jg. 48, Nr. 4, 2002, S.519 – 532

XAVIER, Alberto (2009). *Direito Tributário Internacional*, Almedina, Coimbra, 2.^a Edição

ANEXOS

Anexo I – Definição de Grupo de Sociedades

Na medida em que, o núcleo da medida MCCCIS centra-se no conceito “Grupo de Sociedades”, é essencial revisitar, antecipadamente e de forma sucinta, alguns conceitos presentes no direito fiscal comunitário e no normativo contabilístico. Saliente-se porém que, não existe uma definição uniforme, conforme a seguir se demonstra, subsistindo as baseadas no conceito de controlo económico, e as que apresentam maior nível de materialização mediante referência a percentagens de participação.

a) Para efeitos das Directivas Comunitárias em matéria de IS⁶⁶

Em conformidade com o articulado no preâmbulo da Directiva Mães e Filhas, o presente diploma pretende eliminar a dupla tributação dos rendimentos provenientes dos dividendos e/ou de outro tipo de distribuição de lucros pagos pelas sociedades afiliadas às respectivas sociedades-mãe, considerando-se para o efeito sociedade-mãe «uma sociedade de um Estado-Membro que (...) detenha uma participação mínima de 10% no capital de uma sociedade de outro Estado-Membro (...)».

No que respeita à Directiva Juros e *Royalties*, e na mesma medida da Directiva *supra* referida, esta também pretende assegurar a eliminação e/ou a mitigação da dupla tributação sobre os rendimentos provenientes do pagamento de juros e *royalties* entre entidades associadas do mesmo grupo económico quando residentes em EM diferentes. Compreende-se “sociedade associada” quando, *ex lege*, haja participação, directa ou indirecta, no mínimo de 25% no capital entre sociedades domiciliadas no território da Comunidade.

b) No âmbito da Convenção Modelo da OCDE

A presente Convenção (“convenção-tipo”) foi elaborada como modelo aos acórdãos bilaterais em matéria de dupla tributação internacional. Este diploma prevê de igual forma, a definição de grupo de sociedades no seu artigo 9.º. Assim, o termo “Empresas

Directivas Comunitárias (mais recentes): Directiva 2011/96/UE, do Conselho, de 30 de Novembro, relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mãe e sociedades afiliadas de Estados-Membros diferentes (reformulação da Directiva Mães e Filhas); e, Directiva 2003/49/CE do Conselho, de 3 de Junho, relativa a um regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de juros e *royalties* efectuados entre sociedades associadas de Estados-Membros diferentes (alteração à Directiva Juros e *Royalties*)

Associadas” compreende todas aquelas entidades residentes num EM da UE que, directa ou indirectamente, participem na direcção, no controle ou no capital de uma entidade de outro EM.

d) Do ponto de vista do normativo contabilístico internacional

Embora a *IFRS 27* tenha sido elaborada com o propósito de preconizar entendimento contabilístico sobre a «preparação e apresentação de demonstrações financeiras consolidadas de um grupo de entidades sob o controlo de uma empresa-mãe», apresenta-se como outra fonte de definição do conceito Grupo de Sociedades. Neste sentido, e de acordo com os parágrafos 9 e 13 da presente *IFRS* compreende-se “entidade subsidiária” como «uma entidade (...), que é controlada por uma outra entidade (designada por empresa-mãe)», presumindo-se a existência de “controlo” «quando a empresa-mãe for proprietária, directa ou indirectamente através de subsidiárias, de mais de metade do poder de voto de uma entidade» ou «quando a empresa-mãe for proprietária de metade ou menos do poder de voto de uma entidade quando houver (a) poder sobre mais de metade dos direitos de voto em virtude de um acordo com outros investidores; (b) poder para gerir as políticas financeiras e operacionais da entidade segundo uma cláusula estatutária ou um acordo; (c) poder para nomear ou destituir a maioria dos membros do conselho de direcção ou de um órgão de gestão equivalente e o controlo da entidade for feito por esse conselho ou órgão; ou (d) poder para apresentar a maioria dos votos em reuniões do conselho de direcção ou de um órgão de gestão equivalente e o controlo da entidade for feito por esse conselho ou órgão».

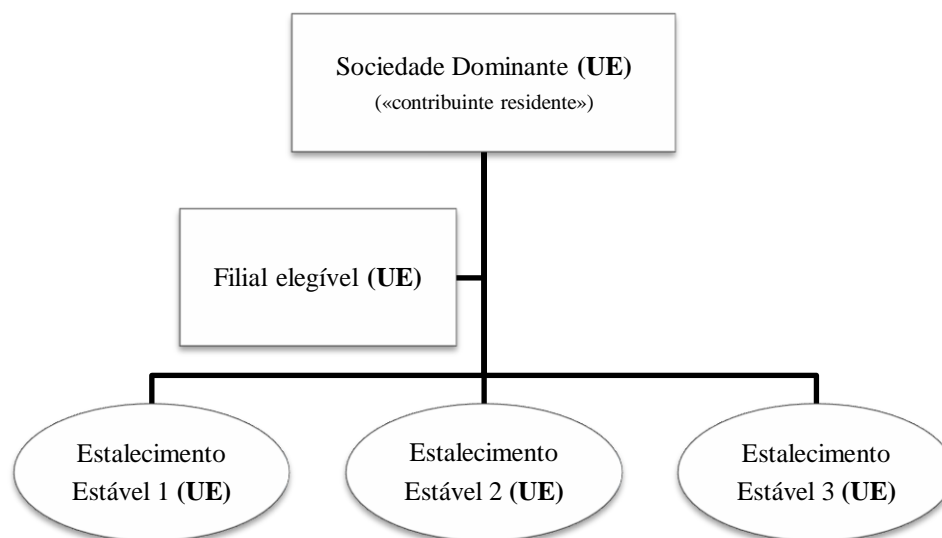
e) Do ponto de vista da legislação nacional de cada EM

Pese embora do ponto de vista legal, uma empresa detenha outra quando 50% do capital social é detido, directa ou indirectamente, cada EM acolhe percentagens distintas no que respeita à aplicação do conceito “consolidação fiscal”. Conforme Giebels (2007, op. citada Russo, 2005), tais percentagens poderão variar de 50% a 90%. Para o efeito, *vide* Tabela 2.1.

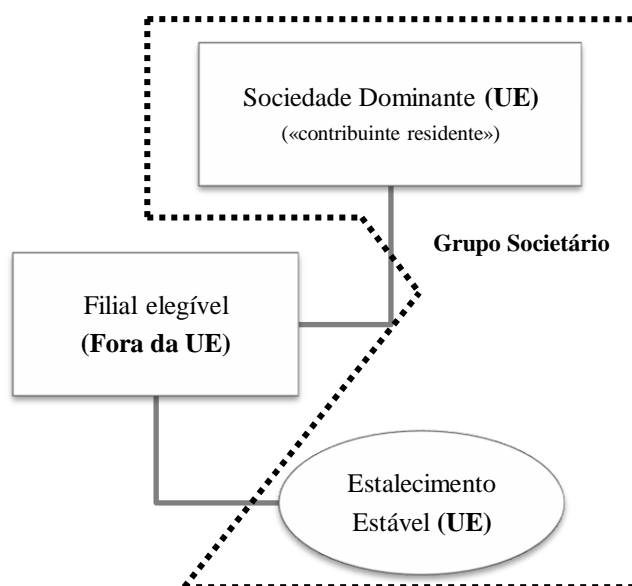
f) Do ponto de vista da medida MCCCIS

Em matéria de formação de grupos de sociedades, pretende o artigo 55.º, em conjugação com a alínea 6 do artigo 4.º da Proposta de Directiva do Conselho referente ao regime MCCCIS, definir um grupo de sociedades como:

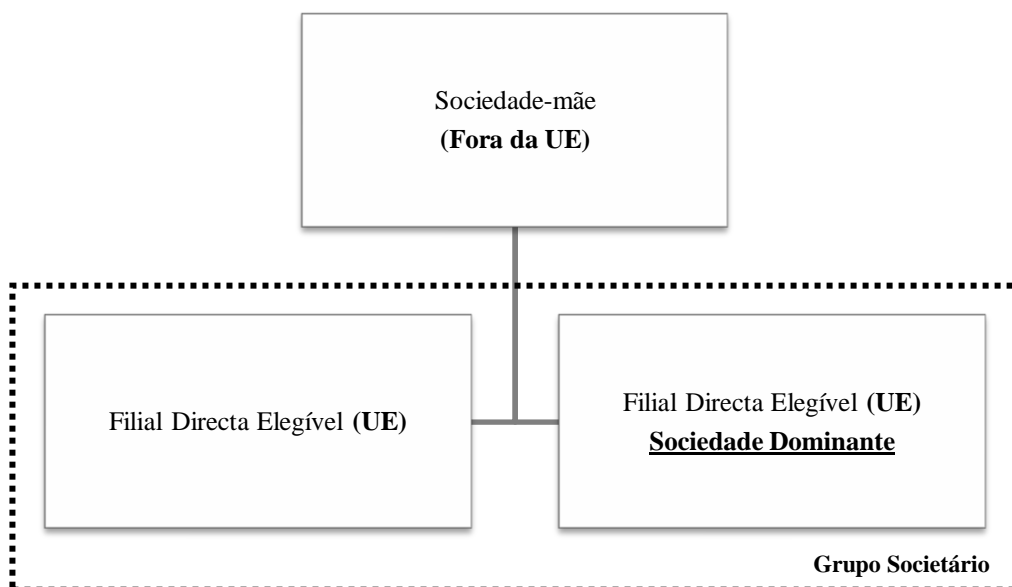
- I. Aquele que integra uma entidade residente («contribuinte residente») e as respectivas subsidiárias (filiais elegíveis e estabelecimentos estáveis) residentes em distintos EM da UE.



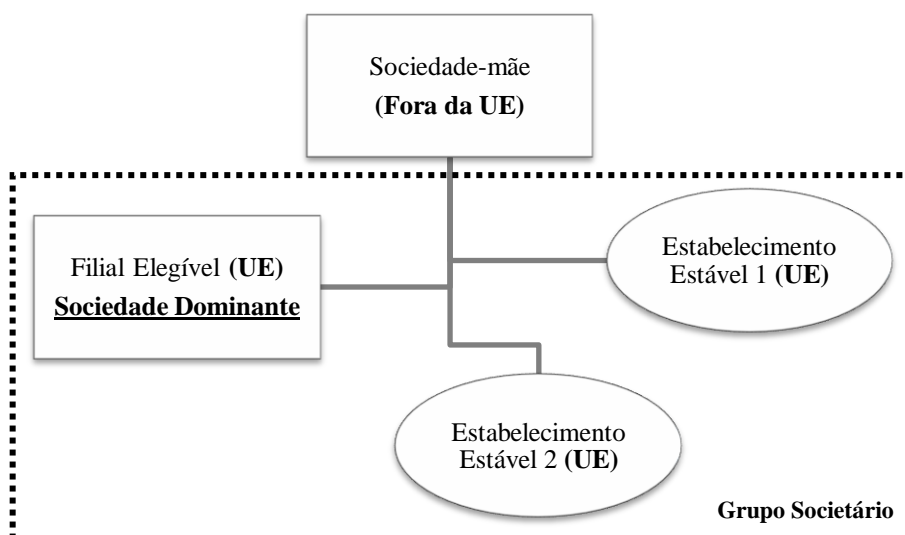
- II. Aquele que agrega uma entidade residente («contribuinte residente») e os estabelecimentos estáveis de uma filial elegível residente num país terceiro.



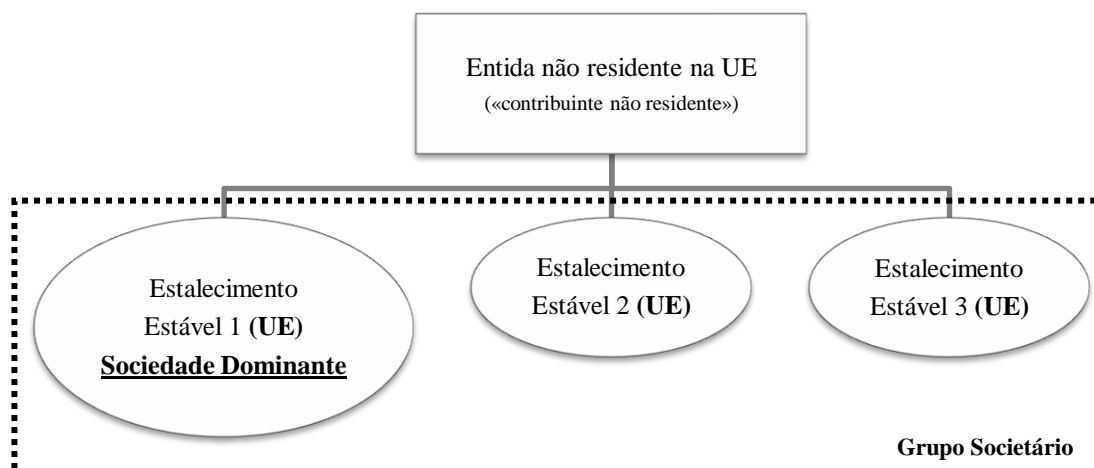
- III. Aquele que agrega uma entidade residente («contribuinte residente») designada pelo grupo, quando este último for constituído por filiais directas elegíveis da mesma sociedade-mãe residente num país terceiro.



IV. Aquele que reúne uma entidade residente («contribuinte residente»), filial elegível de uma sociedade-mã residente num país estrangeiro, e os estabelecimentos estáveis situados num EM pertencentes a esta última.



V. Aquele que agrupa um estabelecimento estável situado num EM da UE designado por entidade não residente para efeitos fiscais na UE («contribuinte não residente»), e os estabelecimentos estáveis situados num EM pertencentes a esta última.



Adicionalmente, prevê a redacção do artigo 54.º da referida Proposta de Directiva, qualificar a elegibilidade de uma filial quando exista controlo económico em mais de 50% dos direitos de voto (critério do controlo), e o direito de propriedade se revele em mais de 75% do capital ou dos direitos à distribuição de lucros (critério da propriedade). Revela ainda o artigo 58.º que tais limites devem verificar-se ao longo de todo o exercício fiscal, e que uma sociedade torna-se elegível assim que alcançar tais limiares, sem prejuízo do período mínimo de verificação serem nove meses consecutivos. Caso contrário, essa entidade não será incluída no perímetro de consolidação.

A tabela que se segue demonstra que 95% das empresas individuais ou subsidiárias que incorporam a amostra do estudo não cumprem com o requisito de 75% do direito de propriedade, e que 197.247 são potenciais entidades de grupos nacionais e multinacionais à aplicação do regime MCCCIS⁶⁷.

Member State	Parents and subsidiaries at least 75% owned	Single company and less than 75% owned companies	Member State	Parents and subsidiaries at least 75% owned	Single company and less than 75% owned companies
Austria	136	136	Luxembourg	47	493
Belgium	14,319	289,704	Netherlands	3,160	10,047
Bulgaria	1,247	25,941	Poland	2,143	26,501
Czech Republic	391	48,787	Portugal	2,139	68,358
Denmark	23,026	119,217	Romania	3,137	473,784
Estonia	975	51,857	Slovak Republic	57	5,248
Finland	4,863	70,642	Spain	21,043	565,404
France	39,219	781,932	Sweden	35,420	201,783
Germany	5,956	38,704	United Kingdom	26,525	188,578
Greece	1,321	24,428	EU 27 Total	197,247	3,803,649
Hungary	233	268,683	Source: Ernst & Young calculations		
Ireland	547	6,104			
Italy	11,065	528,091			
Latvia	179	3,243			
Lithuania	99	4,214			

⁶⁷ Fonte: “Study on the Economic and Budgetary Impact of the Introduction of a Common Consolidated Corporate Tax Base in the European Union”. Ernst & Young (2011)

Anexo II – Resumo da Proposta de Directiva do Conselho relativa à MCCCIS

Definição de MCCCIS

Matéria Colectável: base tributável única sujeita a tributação;

Comum: único conjunto de regras fiscais aplicáveis em todos os EM que exerceram a opção de aplicação deste regime;

Consolidada: somatórios dos lucros e prejuízos de um grupo de sociedades residentes em diferentes EM;

Imposto sobre as Sociedades: imposto relativo à tributação dos lucros das sociedades.

Regime opcional

Cabe a cada EM optar pela aplicação do sistema MCCCIS na sua jurisdição. Em caso afirmativo, sendo uma sociedade elegível poderá optar pela aplicação deste regime em detrimento das regras fiscais nacionais no cálculo da sua matéria colectável apurada no seio do grupo.

Após exercício da opção, a sociedade terá que permanecer cinco exercícios fiscais sob este regime. Quando terminado este período, a sociedade poderá continuar a aplicá-lo por períodos consecutivos de três exercícios fiscais.

Rendimentos sujeitos às regras do regime MCCCIS

Uma sociedade residente num EM vê todos os seus rendimentos, independentemente da sua origem (quer dentro ou fora do EM de residência da respectiva sociedade), serem sujeitos ao IS no âmbito da opção por este regime. No caso de uma sociedade residente num país terceiro a mesma fica sujeita ao IS calculado sobre este regime em relação a todos os rendimentos obtidos pelo seu estabelecimento estável sito num EM.

Método de cálculo

A aplicação deste regime inicia com a formação de um grupo de sociedade elegíveis (*vide* Anexo I), posteriormente as mesmas terão que aplicar as regras fiscais presentes na Directiva para procederem ao cálculo da matéria colectável individual, a fase seguinte remete para o soma de tais base tributáveis com posterior repartição pelos diferentes EM de acordo com a chave de repartição, terminando com a aplicação da taxa nominal estatutária de cada EM.

Apuramento de prejuízos fiscais

Vide Anexo III.

Fórmula de cálculo da MCCCIS

Matéria Colectável é calculada com base nos réditos líquidos, subtraindo-se os réditos isentos, os encargos dedutíveis e outros elementos dedutíveis.

Rendimentos isentos

Beneficiam de isenção de IS: as subvenções directamente relacionadas com a aquisição, construção ou melhoramento de activos fixos sujeitos a depreciação; os rendimentos da alienação de conjuntos de activos, incluindo o valor de mercado dos donativos não monetários; as distribuições de lucros recebidos; os rendimentos de alienação de acções; e os rendimentos provenientes de um estabelecimento estável situado num país terceiro.

Encargos e outros elementos dedutíveis

Deverão incluir: todos os custos de vendas e gastos, líquidos de IVA dedutível, incorridos pelo contribuinte para obter ou garantir o respectivo rendimento, incluindo os gastos com a investigação e o desenvolvimento e os incorridos na subscrição do capital; encargos com donativos efectuados a Instituições de Solidariedade Social de Utilidade Pública situados num EM até

0,5% dos réditos do exercício fiscal; e a dedução proporcional da depreciação de activos fixos.

Encargos não dedutíveis

Deverão ser considerados como não dedutíveis: a distribuição de lucros e reembolsos de capitais próprios ou dívidas; 50% das despesas de representação; a transferência de resultados não distribuídos para reservas que façam parte do capital próprio da empresa; os impostos que incidam sobre o lucro das sociedades; as comissões ilegais; as coimas e sanções pecuniárias devidas a uma autoridade pública em caso de violação de qualquer norma jurídica; os gastos incorridos na obtenção de rendimentos isentos; os donativos que não sejam efectuados a Instituições de Solidariedade Social; os custos relacionados com a construção e melhoramento de activos fixos tangíveis, à excepção dos que digam respeito à investigação e desenvolvimento; e outros impostos.

Princípios gerais

Réditos, encargos e outros elementos dedutíveis terão que ser contabilizados no ano fiscal em que foram gerados ou incorridos. Rendimento nasce com o direito de receber, independentemente da data do pagamento efectivo, e o

gasto dedutível surge com a obrigação de proceder ao pagamento, desde que o montante seja quantificado com exactidão e os bens, riscos e vantagens inerentes à propriedade dos bens tenham sido transferidos.

Activos Fixos Tangíveis

Base de depreciação deverá incluir: todos os custos directamente relacionados com a aquisição, construção ou beneficiação de um activo fixo, líquidos de IVA se este for dedutível e quaisquer subvenções; no caso de bem produzido pela sociedade, os custos indirectos incorridos na sua produção; e no caso de bens doados pelo valor de mercado.

No caso de activos fixos depreciados conjuntamente a base de depreciação é o valor fiscal do ano anterior, ajustada de possíveis aquisições, saídas e melhoramentos.

Método de depreciação: os activos fixos são objecto de depreciação, individualmente, numa base linear, durante a sua vida útil (Edifícios = 40 anos; activos fixos tangíveis = 15 anos; activos intangíveis = pelo prazo que o activo goza de protecção legal ou na sua falta 15 anos). No ano aquisição deve depreciar-se o ano completo e no

ano da venda nenhuma depreciação pode ser considerada.

Os activos em segunda mão seguem os mesmos prazos, excepto se se demonstrar que o período de vida útil do bem é inferior ao determinado.

Para os activos depreciados conjuntamente deverá ser utilizada uma taxa de 25%.

Reinvestimento da “mais-valia”:

quando houver reinvestimento, num prazo de dois anos, dos ganhos de um activo fixo que é depreciado individualmente (e detido por um prazo não inferior a 3 anos), num outro activo utilizado para fins semelhantes, a “mais-valia” gerada é deduzida no exercício da alienação. A dedução é efectuada sobre a base de depreciação do activo de substituição (tributação da “mais-valia” diferida pela vida útil do bem de substituição). Caso não ocorra o reinvestimento, o montante alvo de dedução deverá ser acrescido à base tributável com um agravamento de 10%.

Activos não depreciáveis: terrenos, obras de arte, antiguidades, jóias, activos financeiros e activos intangíveis com vida útil limitada ou que não percam valor ao longo do tempo.

Provisões

Poderão ser deduzidos os montantes resultantes da obrigação legal decorrente de actividades ou transacções realizadas pela sociedade no respectivo exercício fiscal ou exercícios anteriores, desde que o seu montante possa ser fiavelmente estimado.

Retenção na fonte sofridas

É permitida a dedução fiscal dos rendimentos sujeitos a tributação noutra EM ou num país terceiro. Esta dedução é feita separadamente para cada EM ou país terceiro, não podendo exceder o montante que resulta da sujeição do rendimento atribuído a uma sociedade elegível à taxa de imposto sobre as sociedades no EM da sua residência.

Fórmula de repartição

Factor “trabalho”: constituído 50% pelo montante total dos salários e 50% pelo número de empregados. Os empregados devem ser afectos à sociedade que lhes paga a remuneração, salvo se estes exercerem a sua actividade laboral sob o controlo e responsabilidade de outra sociedade. Os encargos com salários incluem ordenados, gratificações, e outras formas de compensação, incluindo os custos com segurança social a cargo da entidade patronal.

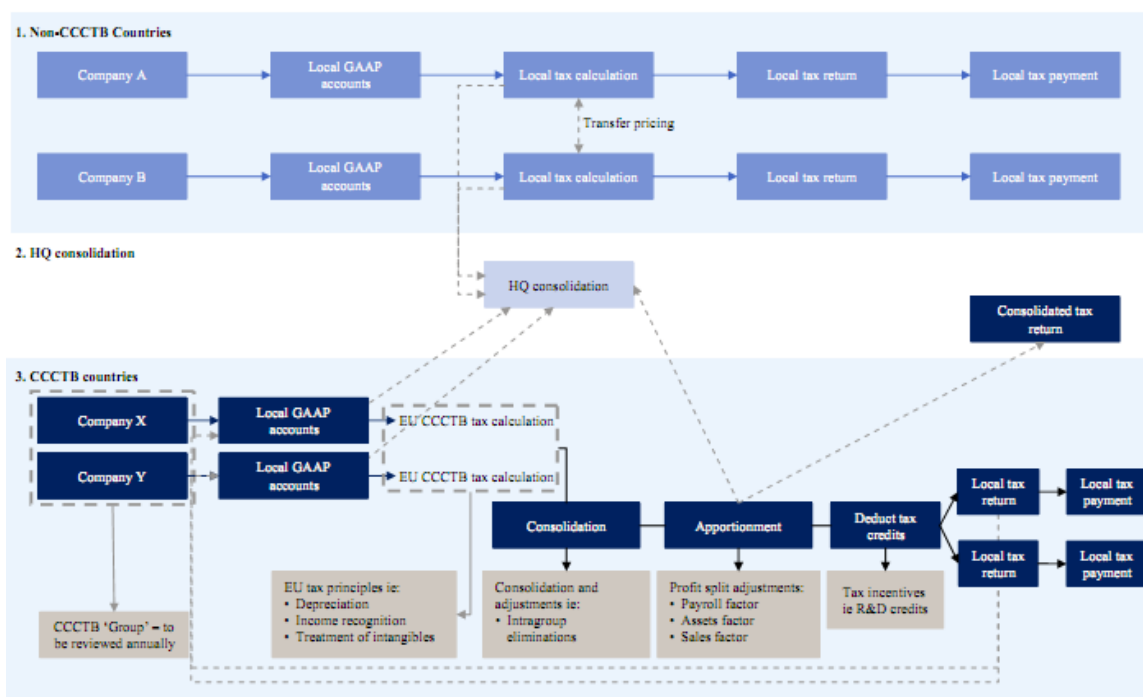
Factor “activos”: constituído pelo valor médio de todos os activos fixos tangíveis possuídos, arrendados ou locados. Estes deverão ser afectos ao seu proprietário económico, ou à sociedade que o utilize efectivamente.

Factor “vendas”: constituído pelo total dos réditos obtidos com as vendas de bens e prestação de serviços, líquidos de descontos e devoluções, excluindo o IVA e outros impostos. Não deverão ser incluídos neste fator os rendimentos, juros, dividendos, *royalties* e os rendimentos da alienação de activos fixos que beneficiem de uma isenção, salvo se se tratar de receitas obtidas no decorrer da actividade empresarial ou comercial normal. Também são excluídas as vendas de bens e prestação de serviços intra-grupo. Veja-se que ao factor de vendas é aplicado o princípio do destino, ou seja, as vendas a incluir no respectivo factor do EM para o qual os bens tenham sido enviados.

One Stop Shop

Única declaração fiscal e uma Autoridade Fiscal Principal. As obrigações centralizam-se no contribuinte principal e a Autoridade Fiscal Principal coordena os assuntos administrativos com as restantes autoridades fiscais.

Figura n.º 1 – Potencial estrutura operacional do MCCCIS



Fonte: “A study on the impact of the Common Consolidated Corporate Tax Base proposals on European business tax payers”. Ernst & Young (2011)

Anexo III – Comparação entre o regime MCCCIS (UE) e RETGS (Portugal)

Fonte: própria

	<i>MCCCIS</i>	<i>RETGS</i>
Designação	Matéria Colectável Comum Consolidada do Imposto sobre as Sociedades	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Regime Especial de tributação dos Grupos de Sociedades ▪ Inicialmente designado por Regime de Tributação dos Grupos de Empresas pelo Lucro Consolidada (RTLCL)
Normativo jurídico-fiscal	COM(2011) 121 final Proposta de Directiva do Conselho relativa a uma MCCCIS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Decreto-Lei n.º 414/87, de 31 de Dezembro: introdução do regime de tributação pelo lucro consolidado no sistema fiscal português. ▪ Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro: aprovação do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (inclusão deste regime) ▪ Lei n.º 30-G/2000, de 29 de Dezembro: Lei da Reforma Fiscal – reconhecimento de Grupo Societário como uma realidade jurídico-tributária autónoma ▪ Publicação de diversos diplomas avulsos
Natureza do regime	Adopção optativa para os EM, e consequentemente facultativa para os Grupos de Sociedades abrangidos [artigo 7.º da Proposta de Directiva]	Aplicação facultativa para os Grupos de Sociedades abrangidos [n.º 1 do artigo 69.º do Código do IRC]

	<i>MCCCIS</i>	<i>RETGS</i>
Âmbito de aplicação (quanto à residência)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sociedades residentes num EM da UE [n.º 1 do artigo 6.º da Proposta de Directiva] ▪ Sociedades não residentes, mas com estabelecimento estável situado num EM da UE [n.º 2 do artigo 6.º da Proposta de Directiva] 	<p>Sociedades residentes em território nacional (sede ou direcção em efectiva em território português)</p> <p>[al. a), do n.º 3 do artigo 69.º do Código do IRC]</p>
Âmbito de aplicação (quanto à forma jurídica)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sociedades constituídas nos termos da legislação nacional de cada EM sob as formas previstas em anexo, e bem assim, sob a forma de Sociedade Europeia, ou de Sociedade Cooperativa Europeia [alínea a), do n.º 1 do artigo 2.º da Proposta de Directiva] ▪ Sociedades constituídas nos termos da legislação de um país terceiro desde que em forma semelhante às previstas em anexo [al. a), do n.º 2 do artigo 2.º e artigo 3.º da Proposta de Directiva] 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sociedade por quotas ▪ Sociedade anónima ▪ Sociedade em comandita por acções ▪ Entidades públicas empresariais que satisfaçam os requisitos quanto à qualidade de sociedade dominante <p>[leitura <i>a contrario</i> da alínea g), do n.º 4 e do n.º 10 do artigo 69.º do Código do IRC]</p>
Âmbito de aplicação (quanto à sujeição de IS)	<p>Sociedades (residentes e não residentes) sujeitas a um dos IS previsto em cada EM da UE [al. b), do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 2.º da Proposta de Directiva]</p>	<p>Sociedades sujeitas à taxa normal mais elevada [al. a), do n.º 3 do artigo 69.º do Código do IRC]</p>
Perímetro de consolidação (detenção directa, ou indirecta)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direito de Voto > 50%, e ▪ Direito de Propriedade: <ul style="list-style-type: none"> a. > 75% do capital, ou b. > 75% dos direitos sobre os lucros <p>[artigo 54.º da Proposta de Directiva]</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direito de Voto > 50%, e ▪ Direito de Propriedade > 90% do capital <p>[n.º 2 do artigo 69.º do Código do IRC]</p>

	<i>MCCCIS</i>	<i>RETGS</i>
Período de permanência dos limites acima indicados	<p>Durante, pelo menos, 9 meses consecutivos do exercício fiscal</p> <p>[artigo 58.º da Proposta de Directiva]</p>	<p>Superior a 1 ano, com referência à data em que se inicia a aplicação do regime, salvo sociedades constituídas pela sociedade dominante há menos de um ano</p> <p>[al. b), do n.º 3 e n.º 5 do artigo 69.º do Código do IRC]</p>
Apuramento da Matéria Colectável Consolidada	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cálculo das matérias colectáveis individuais com base em regras fiscais comuns (criadas no seio do regime MCCCIS) 2. Agregação de todas as matérias colectáveis [n.º 1 do artigo 57.º da Proposta de Directiva] 3. Segregação pelos vários EM mediante aplicação de uma fórmula de repartição [n.º 1 do artigo 86.º da Proposta de Directiva] 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cálculo das matérias colectáveis individuais com base nas regras fiscais gerais previstas Capítulo III no Código do IRC 2. Soma algébrica dos lucros tributáveis e prejuízos fiscais apurados individualmente <p>[artigo 70.º do Código do IRC]</p>
Dupla tributação dos lucros distribuídos	<p>Eliminação de tributação lucros distribuídos</p> <p>[al. c), do artigo 11.º da Proposta de Directiva]</p>	<p>OE2011: Revogação do n.º 2 do artigo 70.º do Código do IRC, que previa a correcção à base tributável consolidada dos lucros distribuídos entre entidades do grupo, independentemente dos requisitos para eliminar a dupla tributação descritos no Código do IRC fossem ou não cumpridos.</p> <p>Assim, a partir de 2011, os dividendos distribuídos entre as sociedades do grupo, que não cumpram os requisitos para eliminação da dupla tributação, nos termos do artigo 51.º do Código do IRC, deixarão de ser expurgados da base tributável do mesmo.</p>

	<i>MCCCIS</i>	<i>RETGS</i>
Retenções na Fonte	<p>Transacções entre membros do mesmo grupo não são sujeitas a retenção na fonte</p> <p>[artigo 60.º da Proposta de Directiva]</p>	<p>Dispensa de retenção na fonte sobre os rendimentos obtidos quando a entidade devedora seja também ela abrangida pelo RETGS</p> <p>[al. e), do n.º 1 do artigo 97.º do Código do IRC]</p>
Deduções de Prejuízos Fiscais	<p>Reporte de prejuízos fiscais por um período ilimitado, devendo os mesmos ser imputados à matéria colectável positiva pelo método do <i>First In First Out</i></p> <p>[n.º 1 do artigo 43.º da Proposta de Directiva]</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prejuízos fiscais apurados antes da aplicação do RETGS poderão ser deduzidos até ao limite do lucro tributável da sociedade a que respeitam [al. a), do n.º 1 do artigo 71.º do Código do IRC] ▪ Prejuízos fiscais apurados no âmbito do RETGS só poderão ser deduzidos ao lucro tributável consolidado [al. b), do n.º 1 do artigo 71.º do Código do IRC] ▪ Dedução pelo método do <i>First In First Out</i> [n.º 3 do artigo 71.º do Código do IRC] ▪ Prejuízos fiscais apurados até 2010 são dedutíveis por um período de 6 anos, em 2011 por um período de 4 anos, e em 2012 e seguintes por um de 5 anos
Taxa de Imposto	<p>Taxa aplicada em cada EM</p> <p>[artigo 103.º da Proposta de Directiva]</p>	<p>Taxa máxima de IRC</p> <p>[al. a), n.º 3 do artigo 69.º do Código do IRC]</p>

	<i>MCCCIS</i>	<i>RETGS</i>
Declaração Fiscal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Declaração individual entregue no prazo estipulado pela legislação do EM de residência [n.º 1 e n.º 5 do artigo 109.º da Proposta de Directiva] ▪ Declaração única a ser entregue pela dominante à autoridade fiscal principal (balcão único), 9 meses depois do fim do exercício fiscal [n.º 1 e n.º 5 do artigo 109.º da Proposta de Directiva] 	<p>Declaração individual e a do grupo devem ser entregues até ao último dia do 5.º mês seguinte ao termo do período reportado.</p> <p>[n.º 1 e n.º 6 do artigo 120.º do Código do IRC]</p>
Inspecções Fiscais	<p>Despoletada pela autoridade fiscal principal, podendo, no entanto, ser também requerida pelas autoridades competentes dos EM envolvidos na consolidação [artigo 122.º da Proposta de Directiva]</p>	<p>Autoridades competentes nacionais [artigo 133.º do Código do IRC]</p>

Anexo IV – Impacto económico da adopção do sistema MCCCIS (ilustrações)

Fonte: “*Study on the Economic and Budgetary Impact of the Introduction of a Common Consolidated Corporate Tax Base in the European Union*”. Ernst & Young (2011)

Figura n.º 1 – Static revenue impact of voluntary CCCTB, 27 participating Member States

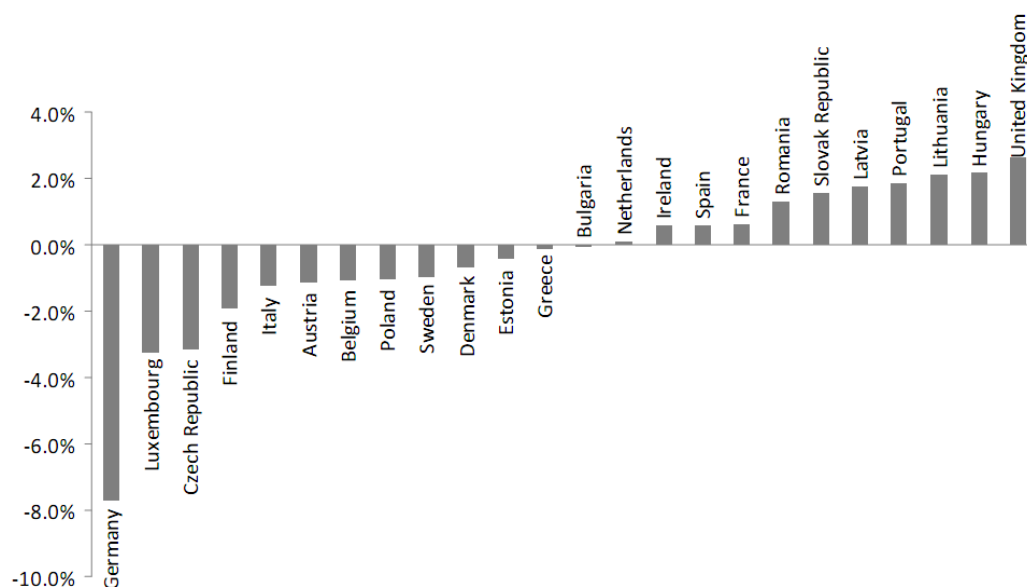


Tabela n.º 1 – Percent of voluntary participation of CCCTB

Member State	Percentage of pre-tax income of groups that voluntarily participate
Austria	38%
Belgium	41
Bulgaria	10
Czech Republic	66
Denmark	18
Estonia	17
Finland	23
France	51
Germany	63
Greece	19
Hungary	36
Ireland	18
Italy	18
Latvia	44
Lithuania	24
Luxembourg	43
Netherlands	12
Poland	24
Portugal	41
Romania	43
Slovak Republic	21
Spain	27
Sweden	25
United Kingdom	29
EU 27 Total	32%

Source: Ernst & Young calculations

Tabela n.º 2 – Percentage of voluntary participation of CCCTB

Change due to CCCTB	Number of Groups	Tax Change (€ millions)
- 25% or more	942	(789)
-10 - 25%	329	(385)
-5 - 10%	329	(409)
-1 - 5%	2,828	(219)
-0 - 1%	407	(16)
0%	50,400	-
EU27 Total	55,235	(€ 1,819)

Source: Ernst & Young calculations

Tabela n.º 3 – Dynamic economic impacts of a 27 Member State voluntary CCCTB due to changes in effective tax rates

Member State	GDP	Employment	Income	FDI
Austria	-0.4%	-0.2%	-0.2%	-2.6%
Belgium	-0.1	0.0	0.0	-0.2
Bulgaria	-0.7	-0.1	-0.1	-0.6
Czech Republic	-0.5	-0.2	-0.3	-1.7
Denmark	-0.3	-0.1	-0.2	-1.1
Estonia	-0.2	0.0	-0.1	-0.3
Finland	-0.1	-0.1	-0.1	-1.3
France	0.4	0.2	0.2	1.4
Germany	-0.2	-0.2	-0.1	-0.9
Greece	-0.1	0.0	-0.1	-0.3
Hungary	-0.4	-0.3	-0.5	-0.9
Ireland	-0.9	-0.5	-0.5	-1.4
Italy	-0.2	-0.1	-0.1	-0.4
Latvia	-1.5	-0.3	-1.0	-1.2
Lithuania	-0.6	-0.1	-0.2	-1.8
Luxembourg	-2.4	-1.1	-2.0	-0.7
Netherlands	-0.2	-0.2	-0.2	-0.5
Poland	-0.5	-0.2	-0.2	-1.9
Portugal	-0.4	-0.3	-0.2	-0.7
Romania	-1.2	-0.2	-0.6	-3.2
Slovak Rep.	-0.2	-0.1	-0.1	-0.4
Spain	0.1	0.0	0.1	0.2
Sweden	-0.2	-0.1	-0.1	-0.7
United Kingdom	-0.2	-0.1	-0.1	-0.7
Total	-0.1%	-0.1%	-0.1%	-0.5%

Source: Ernst & Young calculations

Figura n.º 2 – Percent change in GDP for 27 Member State voluntary CCCTB due to changes in effective tax rates

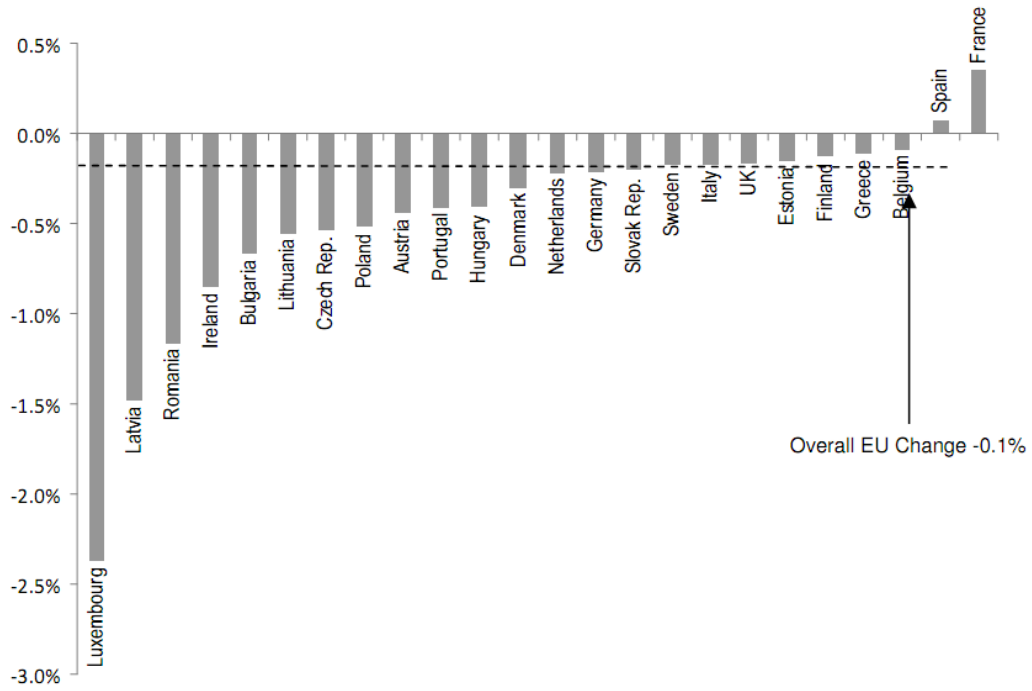


Figura n.º 3 – Percent change in employment for 27 Member State voluntary CCCTB due to changes in effective tax rates

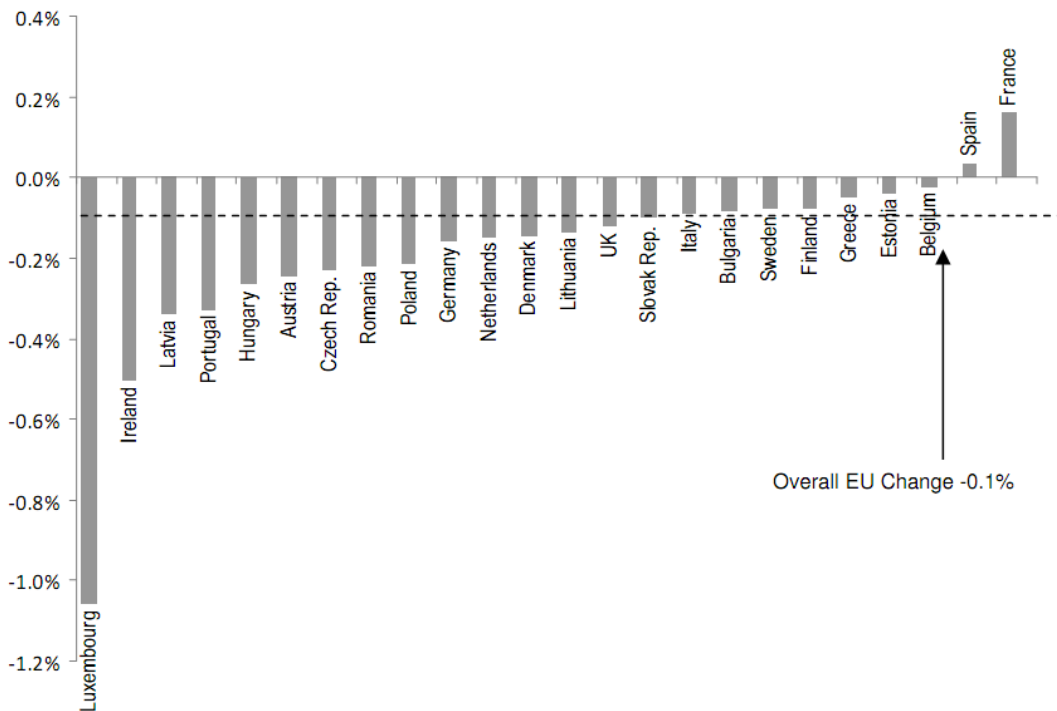


Figura n.º 4 – Percent change in FDI for 27 Member State voluntary CCCTB due to changes in effective tax rates

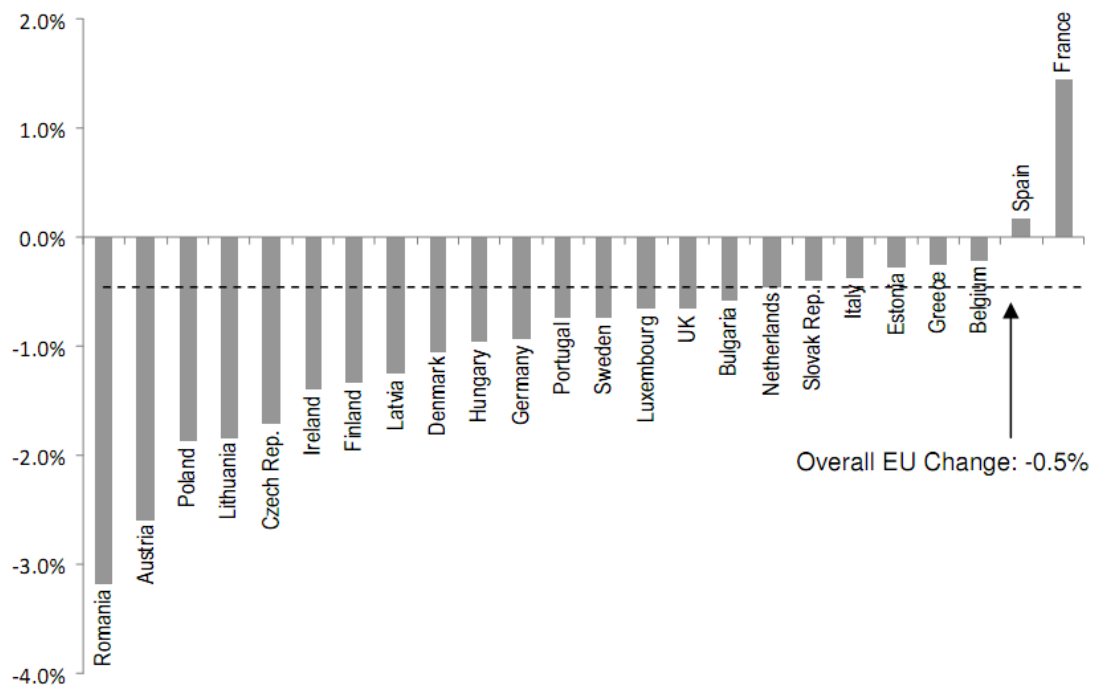


Tabela n.º 4 – Comparação de resultados entre estudos empíricos distintos

Study	Focus	Summary of Findings
Devereux & Loretz	Change in tax revenue Static analysis of financial data	<ul style="list-style-type: none"> ▶ 2.4% decline in EU revenue under <u>optional</u> CCCTB ▶ 2% increase in EU revenue under <u>mandatory</u> CCCTB ▶ Significant differences in change in revenue across Member States.
Fuest, Hemmelgarn & Ramb	Change in tax base Static analysis of tax and financial data	<ul style="list-style-type: none"> ▶ 22% decline in tax base of German multinationals ▶ Significant differences in change in revenue across MS.
Van der Horst, Bettendorf & Rojas-Romagosa	Change in welfare Behavioral analysis	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Negligible change in economic welfare (0.02% of GDP) due to mandatory CCCTB ▶ New distortions from CCCTB outweigh existing distortions from transfer pricing ▶ CCCTB would increase tax competition ▶ Significant differences across Member States in changes in corporate taxes, capital and welfare.
Ernst & Young	Static analysis of change in tax base using financial data Dynamic analysis of economic impacts	<ul style="list-style-type: none"> ▶ 0.2% decline in EU revenue under <u>optional</u> CCCTB ▶ 0.6% increase in EU revenue under <u>mandatory</u> CCCTB ▶ 0.2% decline in GDP due to CCCTB under <u>mandatory</u> CCCTB ▶ 0.1% decline in GDP due to <u>optional</u> CCCTB ▶ Differences across Member States in changes in income, GDP, FDI, and employment.

Anexo V – Fórmula de repartição: Canadá, EUA e outros métodos teóricos

a) A experiência do Canadá

A aplicação da chave de repartição no Canadá enquanto método de repartição do lucro tributável das empresas residentes, muito se deve à forma como a mesmo é constituído: federação composta por dez províncias e três territórios. Assim, e embora seja reconhecida às províncias algum grau de autonomia face ao governo federal, cabe a este último cobrar os impostos, e proceder, posteriormente, à sua transferência para cada província (às províncias sob a administração do governo federal, atribui-se somente a capacidade de definir as taxas de tributação do IS). Esta transferência é efectuada mediante a aplicação de uma fórmula de repartição, constituída por dois factores – vendas e salários –, na mesma proporção.

$$T_i = t_i \left[\frac{1}{2} \left(\frac{L_i}{L} \right) + \frac{1}{2} \left(\frac{S_i}{S} \right) \right] \cdot \pi$$

onde,

T_i é a carga de imposto na província i

t_i é a taxa nominal de IS aplicada na província i

π é a matéria colectável comum

L_i e S_i são a massa salarial e as vendas na província i

L e S são o total da massa salarial e das vendas apuradas pelo grupo de empresas

De acordo com a opinião das autoridades tributárias canadianas, conforme refere Weiner (1999), uma chave de repartição envolvendo as vendas e salários, e não somente o factor vendas, evita que os lucros resultantes das mesmas sejam alocados, em excessiva fracção, à sede (unidade principal de venda) em detrimento das instalações de produção. Desta forma, e uma vez que a massa salarial, à partida, encontrar-se-á dispersa pelas várias províncias onde a empresa opera, a inclusão do factor salários permitirá repartir os lucros tributáveis de forma mais adequada.

Refira-se ainda que a fórmula de repartição utilizada no caso do Canadá (a generalidade das províncias canadianas utiliza os mesmos factores e respectiva ponderação) não inclui o factor “activos”, ao contrário dos EUA, devido, em grande medida, à dificuldade em atribuir valor aos mesmos, nomeadamente quando se qualificam como activos intangíveis, conforme nota Santiago (2003). No entanto refere

o mesmo autor (op. citada Weiner e Mintz, 2001) que, ao não incluir o factor “activos” está a ser esquecida a condição sem a qual não é possível gerar rendimentos.

b) A prática dos Estados Unidos da América (EUA)

À figura da estrutura do Canadá, os EUA são também uma federação (república federal) composta por cinquenta estados, onde a administração fiscal, espelho do sistema administrativo e político deste país, é altamente descentralizada. Assim, o apuramento da base tributável das empresas a operar nos seus vários estados era, também ele, à imagem do que se passa actualmente na UE, calculado com recurso à contabilidade separada. Porém, face ao desenvolvimento quantitativo e qualitativo das transacções comerciais, as empresas tiveram necessidade de se expandirem para além do estado da sua sede, surgindo a questão de como identificar o quinhão dos lucros que deveria ser tributado em cada estado.

Actualmente, e de acordo com os esclarecimentos dos autores POMP e LUCAS MAS (2007), a matéria colectável das empresas sitas em vários estados é distribuída pelos respectivos estados de acordo com um dos seguintes três métodos: contabilidade separada⁶⁸ (os preços das transacções efectuadas com subsidiárias estrangeiras devem ser fixados como se de uma transacção com uma entidade dependente se tratasse), pela fórmula de repartição⁶⁹ (rendimento total do grupo é repartido pelos diferentes estados conforme a quota-parte que se considera pertencer a cada subsidiária/sucursal a exercer actividade em cada um desses estados), e pelo método de imputação especial. No entanto, referem ainda os mesmos que o método de contabilidade separada também serve de suporte aos restantes sistemas, nomeadamente no cálculo da base tributável antes da sua repartição pelos estados. A fórmula de repartição, a que os autores designam de *fórmula de prorrrateo*, método mais utilizada na repartição da base tributável entre os diversos estados americanos, é constituída por três factores – activos, salários e vendas. Ao contrário do verificado nas províncias canadianas, segundo Weiner (2002), no caso dos EUA os estados são livres de procederem às alterações que pretenderem tanto ao nível das taxas de IS, da ponderação de cada fator, e bem assim na definição de lucro tributável.

⁶⁸ Aplicado ao cálculo do imposto federal (*federal tax*), conforme refere Santiago (2003)

⁶⁹ Aplicado ao cálculo do imposto estadual (*state tax*), *ibid.*

$$T_i = t_i \left[\alpha^K \left(\frac{K_i}{K} \right) + \alpha^L \left(\frac{L_i}{L} \right) + \alpha^S \left(\frac{S_i}{S} \right) \right] \cdot \pi_i$$

onde,

T_i é a carga de imposto no estado i

t_i é a taxa nominal de IS aplicada no estado i

Π é a matéria colectável comum conforme definida no estado i

α^K , α^L e α^S são as ponderações a atribuir a cada factor, tendo que $\alpha^K + \alpha^L + \alpha^S = 1$

K_i , L_i e S_i são os activos, a massa salarial e as vendas no estado i

K , L e S são o total dos activos, da massa salarial e das vendas apurados pelo grupo

Veja-se que, embora nos EUA não houvesse, inicialmente a política de repartição da base tributável pelos vários estados com recurso a uma chave de repartição (mas sim com apoio no método da contabilidade separada), este sistema teve bastante aceitação devido à, como refere Santiago (2003), existência de uma autoridade administrativa central (*Internal Revenue Service*) e à normalização em matéria de normativos contabilísticos, entre outros.

Nota o mesmo autor que, pelo facto dos estados poderem, *liberum arbitrium*, determinar a ponderação a atribuir a cada factor podendo a mesma chegar a ser zero, conforme refere Weiner (2002), situações de dupla tributação ou mesmo de não tributação poderão daí verter. Paralelamente há coexistência de diversas fórmulas de repartição consoante o estado a que se reporta, acresce ainda a dificuldade de determinar quais as entidades, e consequentes bases tributáveis, a incluir no modelo americano. Para além do requisito da participação, em determinados estados, é necessário averiguar se as operações realizadas pelas entidades do grupo, e/ou pelas entidades que não sejam elegíveis, têm a mesma natureza que as desenvolvidas na esfera do grupo (requisito adicional para inclusão no perímetro de “consolidação”).

c) Outras fórmulas de repartição (meros ensaios)

Existem várias opiniões que apontam a conjugação da fórmula de repartição “tradicional” (análoga à utilizada nos EUA e no Canadá) com a diferenciação de taxas nominais estatutárias a aplicar às fracções da matéria colectável repartida, como um sério estímulo à prática de manipulação da distribuição da base tributável a imputar a cada um dos factores. Desta forma, existem alguns autores, nomeadamente Sorensen

(2007) que apontam a utilização de factores macroeconómicos para a solução deste problema de evasão fiscal.

Embora sem qualquer aplicação prática até ao presente, a ideia seria repartir a matéria tributável com base no valor acrescentado, aproveitando assim a lógica aderente ao IVA. Conforme nota Weiner (2002) uma das suas vantagens seria a utilização de uma base tributável mais alargada, tornando-se irrelevante a prática de abusos fiscais (evasão fiscal) em matéria de preços de transferência na medida em que, de acordo com a opinião de Santiago (2003), «(...) estima-se que o valor acrescentado por cada empresa seja 4 a 7 vezes superior ao seu lucro tributável».

Sublinhe-se que a introdução de uma fórmula de repartição baseada no valor acrescentado, para além de exigir determinadas adaptações ao actual sistema de IVA (incluir as exportações e as transmissões intracomunitárias de bens na base tributável, e isentar as importações e as aquisições intracomunitárias de bens, em virtude de as primeiras fazerem parte das vendas ocorridas na actividade operacional de cada entidade), abstrai-se do conceito de lucro real das empresas em virtude de se relacionar somente com a tributação das transacções realizadas dentro de uma jurisdição, e não com a tributação de empresas residentes nessa jurisdição, o que poderia levantar questões de inconstitucionalidade.

Outros factores, de índole macroeconómica, são apresentados sugeridos pela Comissão e apresentados por Westberg (2002), como seja o PNB. Todavia, além de ser prejudicial aos países mais pobres, também se abstrai do lucro real das empresas.

Anexo VI – Perímetro de consolidação do Grupo Alfa

<i>Sociedades</i>	<i>EM de residência</i>	<i>Natureza</i>	<i>Percentagem Participação Directa</i>	<i>Percentagem Participação Indirecta</i>	<i>Participante Directa</i>
Sociedade 1	Portugal	Casa-mãe	-	-	-
Sociedade 2	Portugal	Subsidiária	100%	-	Sociedade 1
Sociedade 3	Portugal	Est. Estável	-	-	Sociedade 2
Sociedade 4	Portugal	Subsidiária	83%	-	Sociedade 1
Sociedade 5	Portugal	Subsidiária	92%	-	Sociedade 1
Sociedade 6	Portugal	Est. Estável	-	-	Sociedade 1
Sociedade 7	Portugal	Subsidiária	-	83%	Sociedade 4 (100%)
Sociedade 8	Portugal	Subsidiária	-	76%	Sociedade 4 (92%)
Sociedade 9	Portugal	Subsidiária	75%	-	Sociedade 1
Sociedade 10	Portugal	Subsidiária	-	100%	Sociedade 2 (100%)
Sociedade 11	Portugal	Subsidiária	-	100%	Sociedade 2 (100%)
Sociedade 12	Portugal	Subsidiária	-	99%	Sociedade 2 (99%)
Sociedade 13	Portugal	Subsidiária	87%	-	Sociedade 1
Sociedade 14	Portugal	Subsidiária	84%	-	Sociedade 1
Sociedade 15	Portugal	Subsidiária	77%	-	Sociedade 1
Sociedade 16	Portugal	Subsidiária	-	75%	Sociedade 9 (100%)
Sociedade 17	Portugal	Subsidiária	-	75%	Sociedade 9 (100%)
Sociedade 18	Portugal	Subsidiária	-	83,5%	Sociedade 13 (96%)
Sociedade 19	Portugal	Subsidiária	-	84%	Sociedade 14 (100%)
Sociedade 20	Portugal	Subsidiária	100%	-	Sociedade 1
Sociedade 21	Portugal	Subsidiária	100%	-	Sociedade 1
Sociedade 22	Espanha	Est. Estável	-	-	Filial Canadá (detida em 85% por Soc. 1)
Sociedade 23	Espanha	Subsidiária	88%	-	Sociedade 1
Sociedade 24	Países Baixos	Est. Estável	-	-	Filial EUA (detida em 91% por Soc. 1)
Sociedade 25	Alemanha	Subsidiária	78%	-	Sociedade 1
Sociedade 26	Alemanha	Subsidiária	85%	-	Sociedade 1
Sociedade 27	Áustria	Subsidiária	-	94,5%	Sociedade 30 (100%)
Sociedade 28	Polónia	Subsidiária	-	79,9%	Sociedade 26 (94%)
Sociedade 29	França	Subsidiária	100%	-	Sociedade 1
Sociedade 30	R. Unido	Subsidiária	94,5%	-	Sociedade 1
Sociedade 31	Itália	Subsidiária	76,2%	-	Sociedade 1
Sociedade 32	Bélgica	Subsidiária	100%	-	Sociedade 1

Fonte: própria com base em informação confidencial

Anexo VII – Carga fiscal do Grupo Alfa antes de aplicação do sistema MCCCIS

(Montantes em milhões de Euros)

<i>EM</i>	<i>RLE</i>	<i>LT/PF</i>	<i>Colecta</i> ⁷⁰	<i>IS</i> “Consolidado”
Portugal	334.480.036	101.925.006	60.868.638	35.250.487
Espanha	2.112.075	3.012.668	900.593	900.593
Países Baixos	42.165	56.585	11.317	11.502
Alemanha	126.945	203.671	51.910	51.910
Áustria	29.239	51.019	0	1.313
Polónia	-7.263	0	0	0
França	49.431	118.414	4.283	4.283
Reino Unido	25.205	33.746	11.706	13.228
Itália	17.315	55.590	32.754	32.754
Bélgica	908.622	1.312.338	446.064	446.064
Total				36.712.133

Fonte: própria com base em informação confidencial

⁷⁰ À matéria colectável não foram deduzidos prejuízos fiscais acumulados de anos anteriores para ser comparável com análise no âmbito do regime MCCCIS, além de que apenas foram utilizados prejuízos fiscais utilizados no âmbito do RETGS (em Portugal), uma vez que nos actuais regimes os prejuízos fiscais transnacionais não são dedutíveis contra lucro tributável de outras entidades residentes em EM diferentes.

Anexo VIII – Quota-parte da MCCCIS por EM

(Montantes em milhões de Euros)

<i>EM</i>	<i>Factores de repartição</i>				<i>Peso</i>	<i>Quota- parte MCCCIS</i>
	<i>Vendas</i>	<i>Activos</i>	<i>N.º Colab.</i>	<i>Salários</i>	<i>Total Factores</i>	
Portugal	169.826.401	1.092.077.138	2.101	87.616.092	72,7%	77.607.037
Espanha	112.074.511	76.921	16	684.267	5,3%	5.653.839
Países Baixos	48.237.014	0	12	442.651	2,3%	2.501.884
Alemanha	122.105.966	0	13	1.067.676	5,8%	6.182.492
Áustria	8.848.188	0	5	474.438	0,5%	557.233
Polónia	19.065.902	0	2	30.125	0,9%	938.824
França	102.217.092	0	9	928.092	4,8%	5.166.853
Reino Unido	57.316.389	0	8	481.767	2,7%	2.913.671
Itália	72.840.267	0	9	484.366	3,4%	3.668.780
Bélgica	27.555.176	0	25	265.714	1,5%	1.578.424
<i>Total</i>						106.769.037

Fonte: própria com base em informação confidencial

Anexo IX – Carga fiscal do Grupo Alfa após de aplicação do sistema MCCCIS

(Montantes em milhões de Euros)

<i>EM</i>	<i>Quota- parte MCCCIS</i>	<i>2011 Taxa IS</i>	<i>IS estimado MCCCIS</i>	<i>IS estimado actual sistema</i>	<i>Diferença IS</i>
Portugal	77.607.037	25%	19.401.759	35.250.487	-15.848.728
Espanha	5.653.839	30%	1.696.152	900.593	795.559
Países Baixos	2.501.884	25%	625.471	11.502	613.969
Alemanha	6.182.492	33%	2.040.222	51.910	1.988.312
Áustria	557.233	25%	139.308	1.313	137.995
Polónia	938.824	19%	178.377	0	178.377
França	5.166.853	34%	1.756.730	4.283	1.752.447
Reino Unido	2.913.671	26%	757.555	13.228	744.327
Itália	3.668.780	31%	1.137.322	32.754	1.104.568
Bélgica	1.578.424	34%	536.664	446.064	90.600
Total			28.269.560	36.712.133	-8.442.574

Fonte: própria com base em informação confidencial